

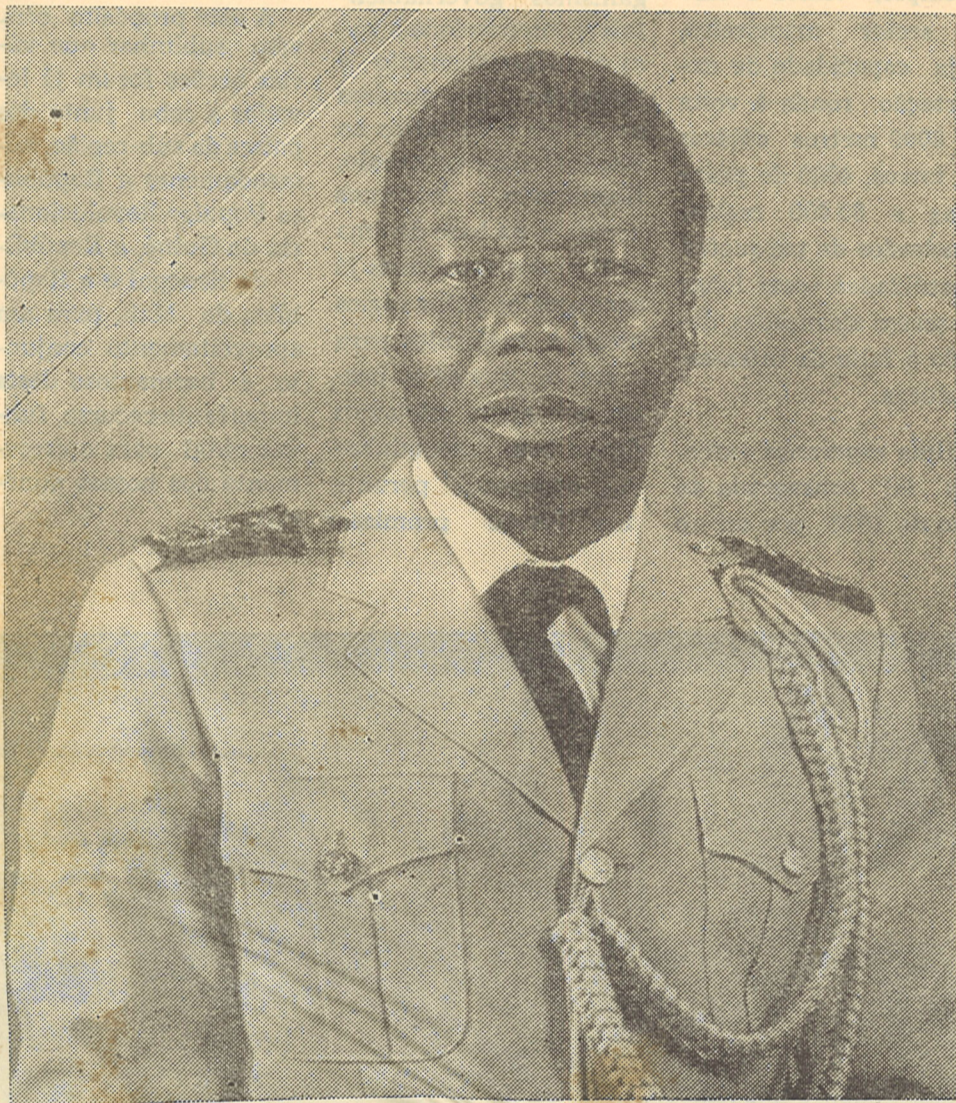
NÃO PINTCHA

ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL CENTRO DE IMPRENSA — TELEFONES: 3713/3726/3728 — BISSAU

1984 ANO DE RIGOR E DISCIPLINA

- ANO DE CLARIFICAÇÃO
- POLÍTICA ANTI-CORRUPÇÃO MAIS RESOLUTA E RADICAL



«O ano de 1983 foi para o nosso país de primordial importância, constituindo, sem dúvida, um ponto de transição entre duas etapas da nossa evolução», disse o camarada General de Divisão, João Bernardo Vieira, Secretário-Geral do PAIGC e Presidente do Conselho da Revolução, na sua habitual mensagem do fim de ano, dirigida hoje ao país na primeira hora deste novo ano.

O Presidente do Conselho da Revolução fez uma exposição das realizações levadas a cabo no país e perspectivou o futuro, tendo salientado que a nossa «coerência política induziu-nos à efectivação de medidas de saneamento cujo intuito era a preservação da essência que sempre caracterizou» o Partido de Cabral.

O camarada Nino Vieira disse que este ano «será o ano de rigor e da disciplina, mais não será do que a transição para uma acção política anti-corrupção ainda mais resoluta e radical». O Chefe de Estado guineense afirmou que passos significativos foram dados, em 1983, no sentido de clarificação do projecto concreto do desenvolvimento da Guiné-Bissau. Projecto esse que fora delineado nos documentos do nosso glorioso Partido, o PAIGC.

O Presidente Nino Vieira reafirmou o nosso apoio aos Movimentos Libertação e referiu ainda a recente IV Cimeira dos «Cinco» realizada na nossa capital e que «veio coroar o rico conjunto de acontecimentos marcantes da nossa vida política e diplomática».

(Ver Suplemento)

EDITORIAL

Passaram-se mais 365 dias. Uma etapa na história universal, uma etapa na história dos homens na sua luta pelo progresso e bem-estar. Um ano, não representa nada na história de uma nação, sobretudo, de um pequeno país subdesenvolvido como a Guiné-Bissau.

Passou-se mais um ano. Devemos todos os filhos desta terra, meditar um pouco sobre o que foi o ano que findou, o que fizemos e tirar lições de acontecimentos, lições positivas e lições negativas. O que fizemos no ano passado, se foi suficiente ou se poderíamos fazer mais e melhor, contando com as nossas próprias forças, aproveitando as experiências acumuladas durante a Luta Armada de Libertação Nacional, que nos permitiu a definição duma linha geral de pensamento e de acção visando eliminar as nossas fraquezas e os nossos erros.

O país vive uma situação económica particularmente difícil e, como militantes que so-

mos não podemos e nem devemos desesperar e muito menos ser camaleões, que mudam de cor de acordo com as circunstâncias ambientais e nesto vestruz que mete a cabeça na areia quando desespera, para abster-se de encarar a realidade. Continuaremos a ser seguidores fiéis de Amílcar Cabral e lutadores intrépidos das causas pelas quais deram a vida os melhores filhos do nosso povo.

O ano de 1983 entrará na história do nosso valente povo como um ano de reafirmação do PAIGC — Partido de Cabral, como motor dinamizador do processo; um ano de lançamento de alicerces para a construção da nossa independência económica, com a recente realização, em Lisboa, na mini-mesa redonda com os nossos parceiros económicos sobre o Programa de Estabilização Económica e Financeira e o primeiro Plano Quadrienal do Desenvolvimento Económico, cuja mesa redonda com os financiadores terá lugar

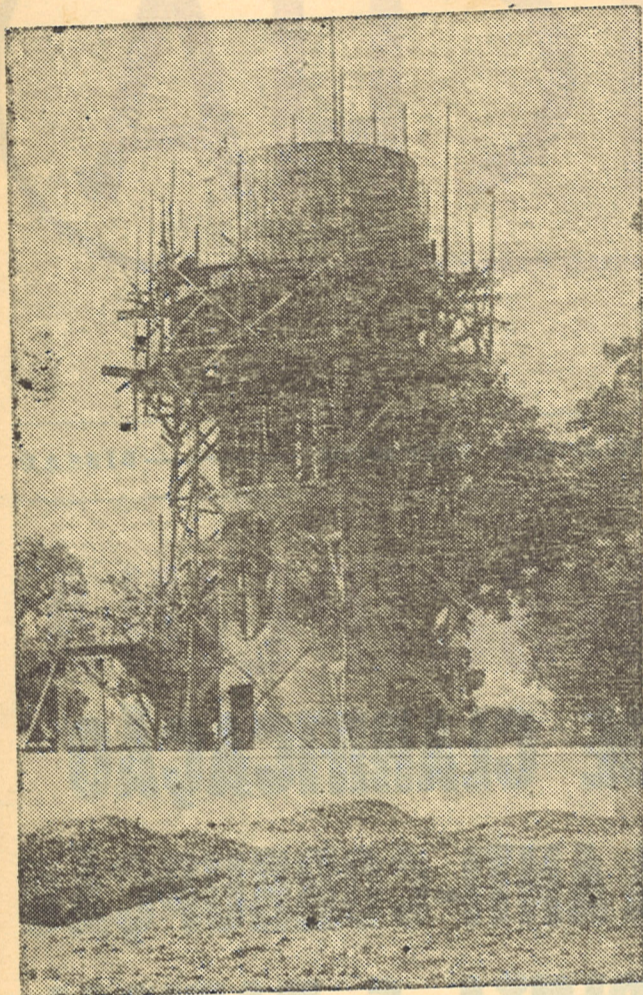
no primeiro trimestre do novo ano, em Genebra. A reestruturação do sector comercial dando maior abertura à iniciativa privada, que tem o seu lugar nesta nova fase da luta e as recentes medidas de aumento dos vencimentos dos trabalhadores da Função Pública e dos preços dos produtos agrícolas, terão uma incidência no aumento da produção e da produtividade. No ano de 1983, foi desvalorizada a moeda nacional e reajustada a taxa de câmbios, o que poderá permitir um maior investimento estrangeiro no nosso país.

Algumas destas medidas económicas agora adoptadas, exigirão ao nosso povo trabalhador, tal como ontem na aurora da Libertação, um redobrar de esforços para a conquista da independência económica.

A campanha contra a corrupção que grassa actualmente na nossa sociedade depois de

Continua na página 8

Utilizar as riquezas ao serviço do povo



das nossas águas, para o que se torna indispensável equipar devidamente as unidades de patrulhamento, com vista a defender não só as nossas águas como também a preservar a ecologia.

PAÍS DE SUBSOLO RICO EM MINÉRIOS

A Guiné-Bissau, é um país com grandes potencialidades ainda por explorar, cujas madeiras (cuja exportação influi muito na balança de pagamentos), quer em minérios como fosfatos, bauxites, petróleo e, quem sabe, mesmo diamantes, o que deixa antever para as futuras gerações um vir risonho e próspero.

Os dados resultantes dos estudos realizados por especialistas na matéria permitiram já confirmar a existência desses produtos do subsolo ainda virgem, mas para cuja exploração torna-se necessário garantir as respectivas rentabilidades económicas e, sobretudo, preparar as mentes das nossas gentes, pois as experiências

dos outros países levam a uma ponderação sobre os métodos a empregar.

A situação apresenta-se, porém, de expectativa, pois apesar das ajudas recebidas de países e organizações internacionais voltadas para o desenvolvimento, como é o caso da ONUDI (cujo um dos princípios visa responder às solicitações de forma a que até ao ano 2000, pelo menos 25 por cento dos produtos gastos no mundo fossem fabricados nos países em desenvolvimento), as nossas possibilidades continuam ainda aquém do nível desejável.

Citando apenas um exemplo, temos o caso do sector madeireiro, cuja capacidade de exportação ronda à volta de 8000 metros cúbicos de torros, 4000 de pranchas e 60 000 metros quadrados de parquetes, quantidades essas longe de serem alcançadas, devido à falta de infra-estruturas.

Uma esperança extrema foi consagrada ao ano de 1978 por ser o

ano de arranque de muitos projectos industriais e a concepção de vários outros, o que iria impulsionar o país para o arranque económico preconizado pelo III Congresso do PAIGC realizado em 1977. Contudo, os erros do antigo regime fizeram desviar o país do rumo traçado, criando todo um marasmo à economia, pelo que teve-se que partir praticamente do zero e fazer aplicar os programas para um desenvolvimento harmonioso do jovem Estado.

CONSERVAÇÃO DA ECOLOGIA

No sector das florestas, existem vários acordos de cooperação com organismos governamentais e internacionais para o reflorestamento e formação de quadros nacionais necessários ao seu controlo e protecção. Resumindo, podemos concluir, na base de uma análise dos resultados já conseguidos pelos vários estudos realizados para o efeito, que se os passos que agora iniciamos forem bem encaminhados, estaremos perante um futuro promissor

uma vez que as pescas, os recursos minerais e florestal, juntamente com outros sectores da economia, poderão trazer no futuro riquezas fundamentais para a criação de uma sociedade de progresso e de justiça social.

PROJECTO DE BUBA

Por outro lado, o projecto de porto de Buba é também uma outra contrapartida do nosso programa de desenvolvimento económico, não só pelas vantagens económicas que traz ao país como ainda devido ao prestígio internacional de que poderá vir a desfrutar, por causa das condições extraordinárias que oferece.

A este propósito convém sublinhar que várias acções foram já levadas a cabo junto dos países da sub-região, nomeadamente a República Popular Revolucionária da Guiné, a República do Senegal e a República do Mali, para um aproveitamento conjunto e harmonioso deste importante recurso, fundamental para o escoamento dos nossos minérios.

Para qualquer país recém-independente, como a Guiné-Bissau, a exploração dos seus recursos naturais constitui um passo importante e um garante do desenvolvimento económico. No nosso caso concreto, subjugados por um regime colonial-fascista durante 500 anos e obrigados a travar uma luta armada de onze anos, o nosso Governo teve que partir do zero, criando as infra-estruturas necessárias ao aproveitamento racional desses recursos a fim de não comprometer o futuro da geração vindoura.

Esta foi a razão por que com a conquista da independência, o nosso Partido e Governo viram-se na necessidade de rever todas as concessões feitas pelo poder colonial e «traçar uma linha de acção compatível com a nova realidade sócio-política do jovem país, cujas riquezas devem servir o progresso do povo».

É assim que no sector das pescas, por exemplo, vários acordos foram assinados com países e empresas amigas, acordos esses que se traduziram na criação de sociedades mistas de pescas, nomeadamente com a Argélia (Guialp, que, entretanto, cedo conheceu o fracasso), a Estrela do Mar, a

única a funcionar neste momento, embora com certas deficiências devido a carências de várias ordens, e a Semapesca, também moribunda e que luta com dificuldades enormes para o seu ressurgimento como empresa rentável.

Não obstante essas limitações, essas empresas, de uma forma ou doutra, pagaram, algumas em tempos, outras no momento actual, o seu quinhão, conseguindo cobrir algumas despesas do Estado com a entrada de divisas resultantes das exportações do nosso pescado.

Enquanto isso, são ainda acalentadas as esperanças de criação, a médio e longo prazos, de fábricas de conservas e de farinha de peixe e de pequenas indústrias para a transformação do pescado em seus diversos derivados. Ou, ainda de criação de condições para a introdução de pesca industrial, aumentando assim o volume das nossas exportações, o que significa mais entrada de divisas para a cobertura das nossas dívidas externas e o contrabalanço da nossa balança de pagamentos.

A este rol de tarefas que esperam o nosso Governo no domínio das pescas, há ainda de se fazer a vigilância



Agricultura Comércio Transportes Indústria e Obras Públicas

Complementaridade para um real desenvolvimento



A agricultura na Guiné-Bissau conheceu a sua recessão nos anos 60. Este sintoma deve-se a vários factores: o deflagrar da Luta de Libertação Nacional, que teve como consequência o êxodo acelerado dos camponeses do campo para a cidade, e o avanço gradual do deserto que provocou a irregularidade das chuvas.

Depois da independência, definiu-se a agricultura como sector prioritário. Mas, verdade seja dita, esta definição não passava de uma teoria metida nas gavetas, pois, o camponês fora sempre privado dos produtos que mais necessitava: tabaco, aguardente.

Depois do 14 de Novembro, não obstante a difícil crise da conjuntura internacional que sacode o mundo, e com maior incidência nos países ditos do terceiro mundo, aliada à seca galopante que cada vez se alastra na nossa sub-região africana, a agricultura, pode-se dizer, conheceu uma nova fisionomia na Guiné-Bissau. Para ilustrar alguns factos de que o Governo actual considerou-a prioridade das prioridades, a recente reunião da A.D. R.A.O. na nossa capital constitui uma prova incontestável.

O comércio, diga-se de passagem, não responde cabalmente às necessidades da população, pois a carência dos produtos provoca a especulação. O resultado torna-se visível: assiste-se à desvalorização em flecha da nossa moeda nacional.

As vias de comunicação para o escoamento dos produtos continuam a ser um problema. Muitas regiões ficam «longe» da capital por causa das más condições das estradas, e o escoamento dos produtos torna-se uma autêntica dor de cabeça.

A falta dos meios de transportes colectivos também se faz sentir. Bissau ficou sem autocarros durante o ano 83.

A crise energética in-

ternacional também atingiu duramente a Guiné-Bissau. Foi assim que no mês de Junho de 1983, o país conheceu um colapso energético sem precedentes, que é resultante da falta de combustível. Acrescenta-se que desde o período do após-independência que as ruas de Bissau «dormem» na escuridão num ritmo irregular.

A indústria, se bem que emergente, não tem nenhuma rentabilidade. Esse factor associa-se muitas vezes à incompetência e ao desleixo, situações essas muitas vezes criticadas pelo Presidente Nino Vieira.

O COMÉRCIO; ANO DE REESTRUTURAÇÃO

«O ano de 1983 pode ser considerado como o ano de reestruturação ou estruturação do comércio» — afirmou o camarada Hugo Borges, Director-Geral do Ministério do Comércio e Artesanato, ao ser abordado pela nossa reportagem.

Com efeito, o nosso comércio arrasta-se a passos trementes desde o período do após-independência. A razão dessa ineficácia com que o nosso comércio se debate tem como reflexão a inoperância que se traduz pela falta de qua-

droso competentes, capazes de gerir com rigor este sector de veras complexo.

Mas, como disse o camarada Hugo Borges, o ano 84 vai ser promissor, porque, segundo ele, «vamos incidir fundamentalmente na aquisição dos bens de primeira necessidade», pois, «neste momento, felizmente, temos alguns quadros recém-formados que estão a dar as suas ajudas».

As dificuldades no que concerne à distribuição dos géneros de primeira necessidade são apontadas por aquele responsável como factor número um com que o Ministério do Comércio mais se defronta, situação essa susceptível de ser resolvida devido à reestruturação da rede comercial neste ano que está a findar.

O comércio privado é apontado por Hugo Borges, como uma necessidade neste momento, «porque queremos que os comerciantes consigam uma maior captação dos nossos produtos com vista à sua comercialização». Acrescentou ainda que se está a verificar a exportação pelos comerciantes privados de produtos como a banana.

Para Hugo Borges, os produtos que mais nos trazem divisas são a castanha de cajú e a mancarra. O maior comprador deste produto é a China, e a Itália está a concorrer neste momento para a sua aquisição. O camarada Hugo explicou, por outro lado, que um dos produtos que tem maior aceitação no estrangeiro mas cuja produção é ainda emergente é a cera.

ENERGIA, 35% DE PERDA

«A maior dificuldade que o Instituto Nacional de Energia está a atravessar neste momento, deriva do facto de a Central Eléctrica de Bissau não ter a capacidade suficiente para cobrir todas as necessidades dos nossos consumidores, para além da rede que está bastante velha e que tem uma perda inadmissível de 35% da sua capacidade» — esta afirmação pertence ao camarada Anastácio Furtado, Director-Geral do Instituto Nacional de Energia.

Isso explica em parte o facto de as ruas de Bissau «dormirem» na

escuridão desde o período do após-independência, além de cortes sistemáticos nos domicílios da nossa capital. Todavia, disse-nos a quem é responsável — existe um projecto para o melhoramento da nossa central eléctrica assim como das redes de Bissau, projecto esse que já se encontra no Conselho de Ministro para aprovação.

Interrogado em que pé se encontra o projecto da barragem de Saltinho, afirmou-nos que este se encontra na fase final de estudo, estando a sua conclusão prevista para 84, com a participação de K O B A — empresa consultora portuguesa.

Conforme nos disse o responsável do INE, o estudo que os peritos fizeram notar que a barragem não terá a capacidade de cobrir todo o território nacional, limitando-se apenas a algumas regiões, nomeadamente Bissau e a Zona Leste do país.

Entretanto, existem alguns projectos já concretizados: trata-se de novas centrais eléctricas instaladas nas regiões nomeadamente, Cacheu, Bafatá, Gabú, Contuboeil e Bambadinca.

OP — COMPLEXO RESIDENCIAL — A GRANDE REALIZAÇÃO DO ANO

Três responsáveis deste Ministério fizeram-nos uma retrospectiva e apontaram as perspectivas deste sector estatal de veras importante. Adelino Mano Keita, Secretário-Geral, engenheiro Mandinga, Director-Geral de Construções e a arquitecta Milanka Lima Gomes, Directora-Geral de Planificação e Urbanismo, responderam às perguntas do repórter numa espécie de mesa redonda.

Para as Obras Públicas, disse o camarada Mandinga, existem dois tipos de actividades: a manutenção das estradas e a fiscalização e construção das mesmas, sendo a manutenção feita pelo Ministério de tutela, enquanto que a construção é feita por empresas estrangeiras contratadas para o efeito. No concernente às estradas concluídas em 83, as de Bambadinca-Xitoli-Kebo estão na lista dos felizardos. No ano 84, as estradas de São Vicente - M'Pack; Bissau-Cumeré estarão também na lista dos beneficiados. Bafatá e Banbadinca podem or-

gular-se dentro em breve de que terão uma ponte sobre o rio Polén.

A região de Biombo, como se sabe, fica «longe» de Bissau devido ao péssimo estado das estradas. Mas essa situação vai ser resolvida, porque segundo o nosso entrevistado, já existem dois projectos para as estradas Bissau-Prábis e Bissau-Biombo, sendo 84 o ano do estudo deste projecto e a sua execução para 1985.

A Região de Tombali tem a fama de ser a de mais difícil acesso por causa dos rios que a cortam à torta e à direita. Sobre esta questão, o camarada Adelino Mano Keita esclareceu que já se está a fazer qualquer coisa «porque a segunda maior brigada de melhoramento de estradas encontra-se nesta região precisamente nas estradas Kebo-Cacine».

Entretanto, «a maior dificuldade que o Ministério das Obras Públicas está a atravessar consiste na recuperação e aquisição de máquinas resultante da falta de divisas», disse o camarada Mandinga, a terminar.

O problema de habitações é uma autêntica dor de cabeça no país. Para tal, abordamos a camarada Milanka Lima Gomes, que nos disse que este sector tem dois tipos de construção de casas: a dos funcionários e a construção de casas populares, estando já neste momento em construção 54 casas para funcionários no «Bairro Internacional» (em frente ao Hospital 3 de Agosto). Segundo se prevê, a obra vai durar um ano e meio e é financiada pela Holanda, sendo a segunda parte do financiamento suportada pelo Instituto Nacional de Seguros e Previdência Social, que entrou com o peso.

No que diz respeito à construção de habitações populares, fez-se a distribuição de talhões e os beneficiados foram os bairros de Cuntum, Penha, Antula e Brá. O critério consiste na distribuição de terrenos às populações e cada família constrói a sua própria casa. Milanka apontou como sendo muito difícil a distribuição de talhões visto que o Comité de Estado da Cidade de Bissau carece de meios. Mas prometeu que em 84 as OP irão reforçar o apoio ao CECB para facilitar o trabalho.

Para o interior do país e dentro do mesmo quadro disse que «estamos a proceder segundo

os pedidos das regiões que querem construir novos bairros. Entretanto, temos um projecto de política habitacional que consiste na criação de fundos de habitação que vamos apresentar ao Governo para a sua aprovação, a partir de 84. Este projecto é importante porque vai garantir o fornecimento dos materiais importados para o domínio das habitações em Bissau e regiões — disse Milanka Lima.

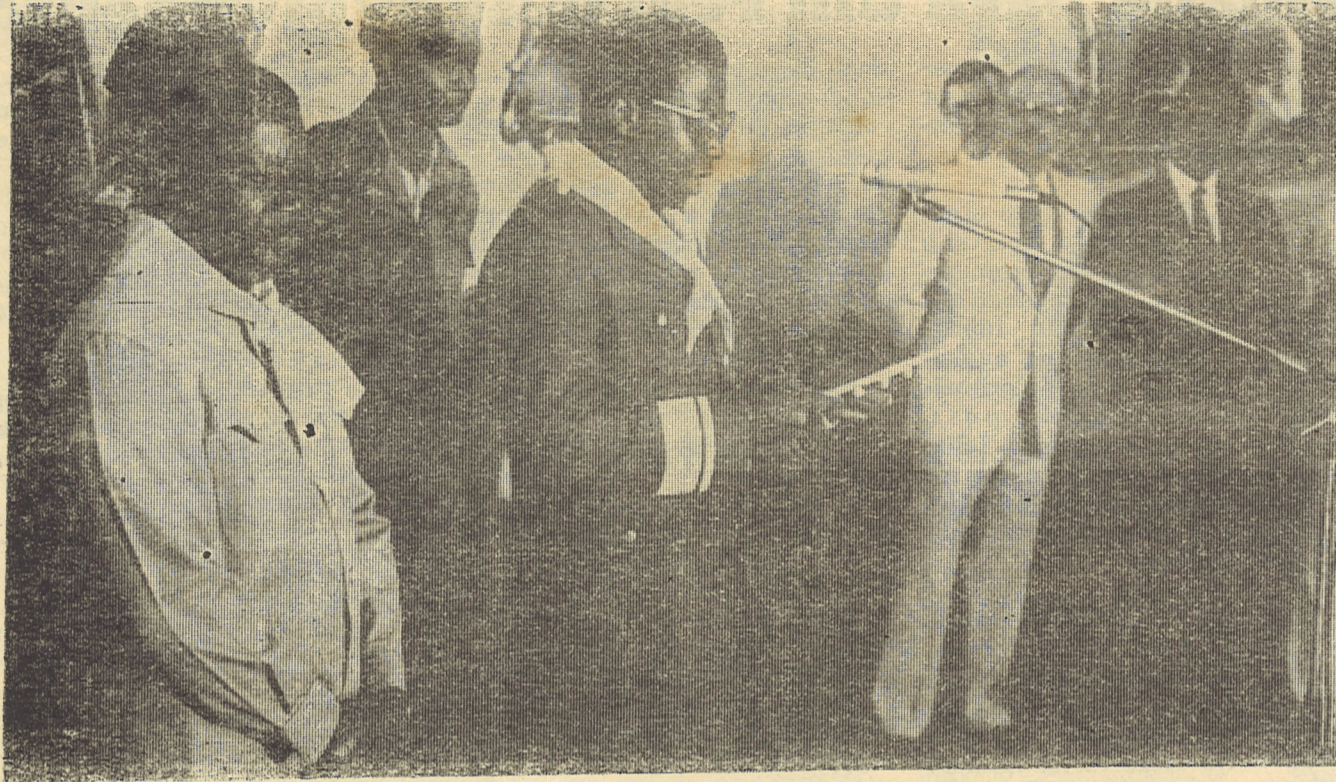
Mas a grande realização deste ano, segundo a nossa interlocutora, é a construção do complexo residencial que fica ao lado do «Salvador Allende» e que foi concluída num tempo record por empreiteiros nacionais, não obstante as dificuldades no que concerne à importação de materiais. Uma outra novidade no sector habitacional é a construção quase completa do conjunto residencial dos coqueiros.

Recorde-se que esta obra há já muitos anos que arrasta a «passos de camaleão», mas nestes últimos meses os trabalhos retomaram a velocidade dum flecha. Como é natural, perguntamos a nossa entrevistada porque é que a construção desta unidade habitacional se arrastava com tanta lentidão. A resposta não tarda a surgir: trata-se pura e simplesmente da falta de materiais importados.

A curiosidade do jornalista levou-o a perguntar porque é que as ruas de Bissau e os passeios continuam esburacados. A camarada Milanka esclareceu que «é fácil arranjar um financiamento para uma estrada rural do que para as ruas esburacadas de Bissau. No entanto — continua ainda — esta função compete ao Comité de Estado da Cidade de Bissau, embora trabalhem conjuntamente».

Por outro lado, Milanka Lima disse que foi elaborado este ano um projecto de plano geral com vista ao saneamento da cidade de Bissau, projecto esse financiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento. Na primeira fase do projecto, pretende-se resolver os problemas mais prementes de saneamento da cidade de Bissau, nomeadamente a Avenida Pansau Na Isna, a segunda cintura da cidade (que vai da Chapa de Bissau à Santa Luzia e a estrada de Bandim-1.

Presidente recebe corpo diplomático



A tradicional cerimónia de cumprimentos do Ano Novo por membros do Partido e Governo e do corpo diplomático acreditado no país ao Chefe de Estado realizou-se na manhã de sexta-feira, no Salão Nobre do Palácio da República.

No acto, a que estiveram igualmente presentes representantes dos comités de base do Partido e das organizações de massas, o Presidente João Bernardo Vieira proferiu um discurso tendo manifestado a sua satisfação em receber as representações dos países amigos, do Partido e Governo bem como das organizações de massas do PAIGC e salientou o carácter cordial das relações que a Guiné-Bissau mantém com esses países.

O General de Divisão Bernardo Vieira afirmou, a propósito que «na realidade os nossos povos amigos, porque souberam compreender a interdependência entre nações, engajaram-se decididamente no estabelecimento e desenvolvimento de uma cooperação frutuosa e mutuamente benéfica». Segundo Nino Vieira, «são estas algumas das razões e fundamentos da nossa política externa que nos permite o estabelecimento de relações de amizade e cooperação com todos os países do mundo».

A nossa posição face às actuais conjunturas mundiais foi igualmente defendida no discurso do Presidente Bernardo Vieira, que afirmou que «a Guiné-Bissau nunca poupou esforços no sentido de contribuir para a instauração de um mundo de liberdade, paz e progresso». Por isso, prosseguiu Nino Vieira, a nossa acção na cena in-

ternacional sempre se inspirou nos princípios que regem as relações entre Estados, nomeadamente a Carta das Nações Unidas, que é e continuará a ser a fonte principal do direito internacional».

Por outro lado, a disponibilidade dos dirigentes da Guiné-Bissau na busca de um entendimento entre os povos, foi reafirmada na ocasião aos membros do corpo diplomático por Nino Vieira que afirmou: «tentamos sempre pôr os meios à nossa disposição ao serviço do entendimento entre os povos e nações do mundo, favorecendo a resolução pacífica dos diferendos entre os Estados, a fim de me-

lhor contribuir para a eliminação dos perigos que ameaçam a paz e a segurança mundial».

«A multiplicação dos focos de tensão e dos conflitos no mundo recomendam-nos a persistência nessa via, o que justifica o nosso apoio nos esforços desenvolvidos pela comunidade internacional com vista a encontrar soluções justas e duradouras aos diferentes problemas do nosso planeta. Parece-nos, no entanto, óbvio que a paz no mundo está intimamente ligada à capacidade dos nossos Estados em satisfazer as necessidades das nossas populações» — sublinhou ainda o camarada João

Bernardo Vieira. O Presidente Nino Vieira defendeu ainda que estes objectivos só poderão ser atingidos com os esforços permanentes de cada um dos nossos Estados neste sentido.

Igualmente o apoio dos nossos esforços internos da parte da comunidade internacional foi referido pelo Chefe do nosso Estado que afirmou: «os nossos esforços internos de desenvolvimento têm sido apoiados por uma ajuda importante da comunidade internacional e assim aproveitamos esta ocasião para agradecer os esforços de outros povos e governos amigos no sentido de nos ajudarem com o seu tra-



balho e meios na promoção do desenvolvimento da Guiné-Bissau. Particularmente neste fim de ano de 1983 em que o nosso país adoptou algumas medidas de estabilização económica e financeira que possibilitem o relançamento do nosso desenvolvimento, comprometido pela crise que ora atravessamos. Em seguida exprimiu os seus agradecimentos aos países que nos têm apoiado para afirmar que «queríamos agradecer aos países como Portugal, Suécia e Holanda, que na mesa redonda de Lisboa, patrocinada pelo Banco Mundial, nos deram uma ajuda financeira decisiva para aplicação dessas medidas. O Chefe do nosso Estado recordou que «o começo de cada ano é marcado por renovadas esperanças para todos os povos do mundo».

Em nome do corpo diplomático acreditado no país falou o embaixador soviético Sr. Lev Krilov, decano dos embaixadores que alertou para os focos de tensões que assolam o planeta, cujos Estados, tanto grandes como pequenos, têm a tarefa principal de defender a vida e a felicidade no globo terrestre.

O diplomata soviético louvou as aspirações do povo da Guiné-Bissau de contribuir na consolidação da segurança internacional, de lutar activamente pelo desarmamento, contra perigo da guerra nuclear.

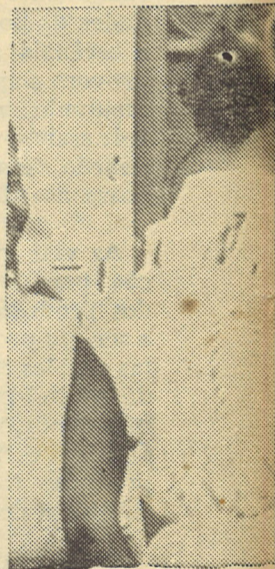
Respo

Num comunicado medidas adoptadas pelo saneamento económico sentou uma análise crítica das enfrenta e justificadas.

O camarada Victor o esforço de todos, a uma vez ao desafio do desenvolvimento e de criadas pela crise econ

Nas vésperas do 14 de Novembro o nosso país encontrava-se numa situação extremamente preocupante; a falta de infra-estruturas, de quadros e mão-de-obra qualificada que herdámos da era colonial, vieram juntar a irregularidade e a falta de chuvas com sérias repercussões sobre os níveis da nossa produção agrícola, uma política de investimentos catastrófica, e que a prioridade à agricultura foi letra morta, tendo-se privilegiado investimentos industriais de prestígio que se traduziram num rápido crescimento da nossa dívida externa que tornou assim numa pesada hipoteca sobre o nosso desenvolvimento.

O comércio encontrava-se desarticulado, não desempenhando o seu papel de factor dinamizador da agricultura, a nossa moeda perdia progressivamente o seu valor e a confiança das nossas populações; o mercado paralelo florescia devido à rareficação das mercadorias nos circuitos oficiais e à inadequação da taxa de câmbio e, por consequência, do sistema de preços; a produção agrícola comercializada estava em franco declínio; os déficits do orçamento geral do Estado cresciam de forma incontida alimentados pelo recurso fácil à emissão de moeda pelo Banco Central e a nossa balança de pagamentos to



O camarada General de

Mensagem do fim de ano 1983 Ponto de transição entre duas etapas

Camaradas e Compatriotas!

O ano de 1983 foi para o nosso país de primordial importância, constituindo sem dúvida um ponto de transição entre duas etapas da nossa evolução. A intensa actividade diplomática e a recrudescência de acções de teor político corroboram esta nossa afirmação. A realização em Bissau de diversos encontros internacionais e as visitas de altas personalidades da actualidade mundial das quais se destacam as de oito Chefes de Estado, permitiram clarificar, junto da opinião pública de numerosos países, a verdadeira dimensão da nossa realidade.

Tal facto reveste-se de particular interesse dada a situação difícil que atravessamos num momento crucial da consolidação da nossa independência, proclamada há 10 anos, nas históricas colinas do Boé. Vivendo uma década sobre este acto memorável, persuadidos estamos que a aprendizagem que o tempo nos concede, facultou-nos a possibilidade de melhor compreender a implementação de certas medidas que ora pautarão a nossa dinâmica.

O Movimento Reajustador do 14 de Novembro, cujo 3.º aniversário foi celebrado este ano com uma importante manifestação da criatividade do nosso povo, veio transformar de forma global os métodos em aplicação na construção estatal de forma a melhor concretizar os ideais políticos que sempre nortearam o PAIGC.

No princípio do ano de 1983 visitamos algumas regiões do interior do nosso País, que nos permitiram constatar «in loco» algumas das dificuldades atrás aludidas e prescrutar, uma vez mais, as preocupações dos simples cidadãos das nossas tabancas tal nos lembrou a mensagem do camarada Amílcar Cabral nosso saudoso líder, sobre a necessidade de ter em conta que o povo não luta por ideais que estejam na cabeça de alguém mas sim por realizações visíveis e muitas vezes imediatas. Por ter conseguido traduzir estes e outros pensamentos simples mas objectivos das nossas po-

pulações, o camarada Amílcar Cabral continua vivo na mente do nosso povo esperançado; o que ficou bem patenteado pelas inúmeras actividades desenvolvidas este ano, à sua memória, no quadro das celebrações do 10.º aniversário do seu bárbaro assassinato. Destacamos neste âmbito o Simpósio Internacional realizado pela JAAC/UIE e ASSU.

Aproveitamos o ensejo para dirigir uma saudação as nossas organizações de massas em geral e a JAAC em particular, pelo bom trabalho que têm vindo a desenvolver sob a direcção do nosso Partido.

Também no quadro do trabalho partidário notamos com satisfação a execução, por certas comissões do Comité Central, de programas de actividade que denotam um desenvolvimento das estruturas de apoio daquele órgão-chave do PAIGC, de igual modo as Comissões Inter-Regionais demonstraram já a oportunidade da sua criação e a necessidade da sua vitalização para obrar no sentido da inevitável descentralização das nossas estruturas partidárias.

A implantação de novos Comités de base de Partido constituíram um ponto alto da nossa actualização neste domínio no decorrer do ano findo. De igual modo a elaboração, e posterior aprovação, de diversos documentos orientadores da vida do Partido são a prova eloquente do esforço desenvolvido por certos militantes para uma racionalização das nossas acções. Felicitamo-nos deste avanço que facultará, com a consequente dinâmica prática uma melhoria da nossa organização interna.

2— O ano de 1983 foi também o de uma longa e cuidada reflexão sobre os males políticos que atacam a própria direcção do nosso Partido e Estado. Assim, tivemos de agir em conformidade com a nossa coerência política, que foi uma vez mais demonstrada pelas reuniões sectoriais que foram os encontros de jovens, e nomeadamente o dos quadros, e a conferência do Partido nas FARP e Segurança, realizadas no passado mês de Agosto. Tal coerência, dizíamos, induziu-nos à efectivação de medidas de saneamento cujo intuito era a pre-



servação da essência que sempre caracterizou o Partido.

Fomos obrigados a agir contra certos camaradas cujo comportamento na direcção das estruturas estatais que lhes foram confiadas, denotou um desvio das linhas de conduta por nós intrinsecamente assumidas.

A realização da 2.ª reunião ordinária do Comité Central, já de si precedida de outros do Bureau Político — de 27 a 30 de Setembro, em Bissau, foi momento oportuno para o balanço crítico da nossa evolução recente. As resoluções a que as nossas discussões nos conduziram prefiguraram a vontade indestrutível de se preservar a direcção do Partido de todas as atitudes de desvio às nossas linhas programáticas.

Podemos considerar que em 1983 foram dados significativos passos para a clarificação do projecto (concreto) de desenvolvimento que já tínhamos delineado nos documentos orientadores do III Congresso e I Congresso Extraordinário do PAIGC.

O ano que agora começa, que será o de rigor e da disciplina mais não será do que a transição para uma acção política anti-corrupção ainda mais resoluta e ra-

dical. Pois os males que têm surgido aqui e além, são tão responsáveis pela situação em que nos encontramos quanto os factores incontrolláveis de crise que nos assolam. Isto porque constituem um agravamento das já difíceis condições de existência em que vive o nosso povo e que impede uma verdadeira afirmação do nosso desejo de independência económica.

Estamos igualmente persuadidos que sem essa nossa coerência política, cujo exemplo continua a ser Amílcar Cabral, não nos será possível conjugar os interesses que delimitam os nossos objectivos.

Caros camaradas e compatriotas,

O nosso país registou mais um ano de intensa actividade no campo político-diplomático, actividade essa que foi fundamental para a consecução dos grandes objectivos de desenvolvimento que nos propomos atingir.

Desenvolver as relações de amizade e cooperação já existentes com países e povos amigos, alargá-los a todos os domínios de interesse comum e manter dinâmica e oportuna a participação do nosso país no

seio dos organismos internacionais, tendo sempre em vista a criação de condições propícias para o nosso arranque económico, figuram entre os objectivos que prosseguimos este ano.

Os resultados apreciáveis a que chegamos marcam, na realidade, o culminar de dez anos de assumir a plena a nossa responsabilidade de Estado independente, de dez anos de aprendizagem tenaz no desempenho cabal do papel que cabe de direito à nossa República no concerto das nações do mundo e de amadurecimento contínuo no longo e árduo combate contra o subdesenvolvimento e seus males.

As numerosas visitas de amizade efectuadas à nossa terra por dirigentes máximos e distintas personalidades de países amigos e de organismos internacionais testemunham o relacionamento dinâmico que a Guiné-Bissau entretém no seio da comunidade internacional.

As nossas delegações ao exterior bem como as importantes missões ao estrangeiro levadas a cabo pelo nosso Governo, essencialmente motivadas pelos objectivos

mencionados, constituem igualmente um elemento de assinalável importância na ampla gama de actividades a que atrás me referi.

A nossa participação na VII Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo dos países Não-Alinhados, realizada em Março de 1983 em Nova Deli, significou antes de mais, a reafirmação da nossa inequívoca adesão à política de não-alinhamento e da nossa fidelidade aos princípios e objectivos que constituem o eixo doutrinal desta política e que lhe valeram, a justo título, a caracterização de «consciência da humanidade».

3 — Por outro lado, a realização da 19.ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da OUA, acolhida com júbilo militante pelos defensores da unidade africana e da plena libertação do continente foi, para nós, uma ocasião de manifestar o nosso apego aos objectivos da carta da organização a nossa determinação de prosseguir a luta contra o fomento da divisão no seio dos estados africanos visando desmantelar o edifício da unidade e favorecer a perpetuação da dominação e da exploração próprias a uma era ultrapassada.

(continua nas centrais)

5 — Todo esse conjunto de factores levou a que registássemos, este ano, face ao transacto, uma diminuição da produção agrícola, o que nos faz entrar em 1984 com um défice cerealífero provável de aproximadamente 40 000 toneladas. Os nossos esforços devem orientar-se no sentido de aumentar a produção agrícola, através da utilização de incentivos aos produtores, recuperação de terrenos, multiplicação e difusão de sementes melhoradas de arroz, diversificação da cultura agrícola, alargamento das experiências do desenvolvimento integrado, luta contra a seca.

A materialização desses objectivos requer em primeiro lugar esforços internos, que estamos decididos a consentir, bem como uma participação externa, que complemente o referido esforço.

Assim, contamos, à partida com o tradicional apoio da comunidade internacional, particularmente no que se refere à luta contra a seca — fruto da influência saheliana, para a qual uma acção coordenada e conjunta, no quadro das organizações e instituições vocacionadas se torna indispensável.

Por isso, não nos pouparemos a esforços com vista a sermos admitidos no CILSS e no grupo dos países africanos afectados pela seca.

O comércio, como um dos elementos componentes do nosso «triângulo» de desenvolvimento e que juntamente com a indústria devia dinamizar e propulsar a agricultura, também não conseguiu responder às nossas exigências, particularmente as do mundo rural.

Contudo, não podíamos, neste momento de reflexão e retrospectão, deixar de salientar os esforços envidados pela direcção do comércio, marcadamente nos últimos meses, no sentido de melhorar as suas estruturas com vista a aumentar a sua capacidade de intervenção.

Os esforços neste domínio estendem-se também ao nível reestruturação dos seus órgãos internos, que tem dado resultados encorajadores. Trata-se do melhoramento e criação de instrumentos que permitam maior e melhor contacto com o exterior, garantindo, assim, e pela primeira vez, o seguimento dos preços praticados no mercado internacional, a recolha de dados que permitam a elaboração da nossa balança comercial, contactos directos com os nossos fornecedores, evitando-se, desta forma o recurso à intermédios cujas consequências são negativas.

No decorrer do ano de 1983 o nosso esforço de desenvolvimento incidiu, também, noutros domínios, nomeadamente nos de infra-estruturas económicas, sociais e outras.

Quanto às infra-estruturas económicas, nomeadamente as dos transportes, registámos consideráveis sucessos, particularmente no que respeita ao projecto do Aeroporto Internacional de Bissalanka que comporta o alargamento da pista e o equipamento do mesmo com aparelhos modernos que permitem uma segurança efectiva de navegação aérea no nosso espaço.

Com a conclusão do projecto, prevista para fins de Abril de 1984, o manuseamento dos aparelhos instalados será garantido na sua totalidade por técnicos nacionais que neste momento se encontram em formação.

Um outro projecto de grande envergadura que terá um impacto positivo na nossa economia é o do porto de Bissau, relativamente ao qual as condições indispensáveis foram criadas no decurso deste ano a fim de que os trabalhos de construção possam iniciar-se a partir de Janeiro próximo.

Ainda no sector das infra-estruturas económicas, constatámos com satisfação o melhoramento da rede rodoviária, devido às acções desenvolvidas no quadro do 1.º projecto de estradas financiado pelo Banco Mundial, que permitiu a reparação da rede secundária do sul e de uma parte do leste do país, para além da melhoria das condições das estradas asfaltadas já existentes.

Vai-se lançar, em 1984, a segunda fase do referido projecto que compreenderá a reconstrução da rede secundária da outra parte do leste, do centro e do oeste do país.

Brevemente, portanto a Guiné-Bissau disporá de uma rede viária que garanta a circulação normal de pessoas e bens.

No domínio de infra-estruturas sociais, designadamente as de educação, saúde e informação e cultura, os resultados foram pouco satisfatórios.

6 — Na educação, por exemplo, constata-se que o nível do nosso ensino não tem melhorado. Há que melhorar as qualidades dos nossos quadros de docên-



(continuação da 1.ª Pág.)

Estamos conscientes da importância do papel que cabe à OUA como símbolo da unidade africana e forma institucionalizada dessa vontade política, na materialização dos termos da sua carta, os quais traduzem as aspirações legítimas dos habitantes de todo um continente.

A busca incessante de novas formas de cooperação, a nossa profunda consciência da inevitável interdependência dos povos e dos processos e mudanças em curso nos diversos polos do globo bem como a importância que atribuímos ao diálogo e à concertação como instrumentos privilegiados de promoção de relações harmoniosas entre Estados, explicam a nossa participação, este ano, na qualidade de observador, na Cimeira Franco-Africana de Vittel.

Quanto à reunião, recentemente havida em Bissau, da 13.ª Sessão Ordinária do Conselho de administração da ADRAO — Associação para o Desenvolvimento Orizícola da África Ocidental, de que a Guiné-Bissau é membro efectivo, atribuímos-lhe grande importância pois permitiu aos seus membros debruçar-se sobre a situação da organização caracterizada por uma grave crise financeira e apontar medidas com vista à superação da crise alimentar que afecta, de modo cada vez mais marcante a vida dos países da sub-região, em especial dos pertencentes à zona sudano-saheliana.

A IV Conferência dos Chefes de Estado de Angola, de Cabo Verde, da Guiné-Bissau, de Moçambique e de São Tomé e Príncipe, que acaba de terminar, veio coroar o rico conjunto de acontecimentos marcantes da nossa vida política e diplomática.

Se esta conferência traduziu, mais uma vez, a fidelidade dos cinco países e povos aos laços especiais e conquistas comuns emanados de um passado heróico em que a estreita ligação entre eles e a coordenação das suas lutas constituíam já factores decisivos para o êxito das mesmas, ela foi essencialmente virada para o futuro, para o desenvolvimento de uma cooperação concreta e sã, entre os cinco nos domínios julgados mais favoráveis.

Ao preconizar medidas claras nos diversos capítulos da cooperação presente e futura e um programa de acção realista para 1984, a conferência consubstanciou a vontade política dos nossos países em conferir uma nova dimensão e imprimir um novo dinamismo às relações forjadas na luta comum contra o colonialismo entre os heróicos povos angolano, caboverdeano, moçambicano, santomense e guineense.

Camaradas e Compatriotas!

A situação política internacional reflecte, os profundos desequilíbrios observáveis em todos os sectores da vida mundial.

Os continentes asiático, latino-americano e africano são o teatro de conflitos e tensões contínuos que desviam a atenção dos Estados dessas regiões das prioridades do desenvolvimento, levando-os a investir preciosos recursos humanos, materiais e financeiros na resistência contra as constantes ameaças à sua soberania, independência e integridade territorial, vindas do exterior.

A África Austral, o Sahara Ocidental e o Tchad, a América Central e as Caraíbas, o Próximo Oriente e a questão palestiniana, constituem perpétuos focos de tensões que só poderão desaparecer da cena mundial com o retorno generalizado à estreita observância da legalidade internacional e do direito de cada povo de dispor de si mesmo, sem intervenção do exterior.

Não deixamos de renovar todo o nosso apoio aos povos que lutam pelo reconhecimento dos seus legítimos direitos e aos movimentos de libertação nacional que encabeçam os seus processos libertadores.

Assim, dirigimos os nossos sentimentos de solidariedade combativa aos combatentes da SWAPO, do ANC, da Frente Polisário, da OLP, da FRETILIN, e aos Estados da Linha da Frente, em particular Angola e Moçambique.

Manifestamos mais uma vez a nossa firme condenação de todas as políticas dirigidas contra a paz e a estabilidade mundial, o apartheid e o sionismo, a agressão e a invasão estrangeira, sob qualquer forma que seja.

Camaradas e Compatriotas.

Durante o ano que ora finda, a Guiné-Bissau conheceu também algumas transformações nos domínios económicos e social. Daí a necessidade de procedermos, nesta ocasião, ao balanço, conquanto sucinto, das acções desenvolvidas, nomeadamente nos principais sectores da nossa economia nacional.

Assim, começaremos pela agricultura que, apesar de ser o sustentáculo de toda a economia guineense, não conseguiu atingir os resultados esperados, devido à influência de múltiplos factores. Sem pretendermos enumerar esses factores convém salientarmos, nomeadamente, a irregularidade das chuvas e a sua má distribuição em tempo e espaço, o baixo preço ao produtor, a falta de incentivos aos produtores em matéria de abastecimento, devido, nomeadamente, à ineficiente rede de distribuição a nível do comércio.

Educação sexual — um tabú na nossa sociedade?

Vivemos nos fins do século XX, numa altura em que os homens foram a lua, mas a educação sexual continua, ao fim deste tempo todo, a ser em muitas sociedades um tabú.

Certos pais acham que é um escândalo falar aos filhos da anatomia e da fisiologia sexuais, que para eles constituem um verdadeiro mistério.

Publicamos nas centrais, um artigo da nossa colaboradora Alexandra Lopes, sobre educação sexual.

O artigo interroga ainda se a educação sexual deve ser uma tarefa entregue a família ou a escola.

Ninguém pode escapar às contradições (Centrais)

Fontes e realidades históricas da Senegâmbia



Situação mundial da infância



A situação mundial da infância é uma das preocupações da UNICEF (organismo das Nações Unidas que se ocupa das crianças). Essa preocupação foi expressa no relatório do director executivo do Fundo das Nações Unidas para a Infância, James Grant.

No documento que publicaremos na próxima edição do nosso suplemento fala sobre a revolução em prol da criança, o desafio que se trava actualmente no mundo no sentido de melhorar a saúde e o bem-estar das crianças, o que não quer dizer que isto realmente venha a ocorrer na recessão económica mundial que também atinge a criança, bem como os novos rumos, pois nos últimos anos, vem-se acumulando vasto acervo que demonstra ser possível um rápido progresso na saúde e no bem-estar infantis.

O relatório de James Grant fala ainda de alguns progressos conseguidos nos últimos tempos e do apoio mundial à ideia de uma revolução para poupar a vida de sete milhões de crianças anualmente, proteger a saúde e o crescimento de outros milhões e contribuir para desacelerar o crescimento demográfico mundial.

EUA abandonam a UNESCO

Os Estados Unidos oficializaram na manhã da passada quinta-feira a sua decisão de abandonar a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura (UNESCO), segundo as fontes da missão diplomática norte-americana e veiculada pela Agência Portuguesa de Informação (ANOP).

A representante dos EUA junto a UNESCO, a senhora Jean Gerard, que anunciava esta decisão ao Director-Geral daquela instituição das Nações Unidas, Amadou Mahtar M'Bow, declarou que só na manhã desse dia é que seria entregue a carta que oficializava esse abandono.

De acordo com os regulamentos da UNESCO, o abandono da organização por parte de um dos países membros concretiza-se passado um ano, pelo que sabia que os Estados Unidos, para que a sua retirada se efectivasse em 1985, tinham que oficializar a sua decisão até hoje.

Para os EUA cuja contribuição financeira constitui 25 por cento do orçamento da UNESCO, reserva-se o direito de reingressar na Organização se as transformações que preconizam se efectivarem.

Adiar a educação sexual para quando?

Vivemos nos fins do século XX, numa época em que o homem conquista os planetas, domina forças energéticas gigantescas como as do átomo. Mas, apesar de todos esses progressos, continuamos a contar aos nossos filhos histórias de fadas, de cegonhas que trazem os bebés, de duendes e bruxarias, tudo isso para escondermos os verdadeiros processos que se desenrolam à volta da sexualidade.

A este propósito escrevia Montaigne: «Que mal fez aos homens a função genital, tão natural e tão necessária, para a procreverem e a evitarem, para que não devem falar dela sem vergonha, e a excluam das conversas? Pronunciam-se descaradamente as palavras «matar», «roubar», «trair», cometer «o adultério» etc, e não se ousa pronunciar o acto que dá a vida a um ser!» (...)

Progressivamente, o homem vai tomando consciência da enorme distância entre as duas atitudes; «o da conquista do átomo» e o da invenção de histórias de «cegonhas que trazem os bebés», o que faz com que cresça uma corrente de opinião a reclamar para as crianças e jovens uma educação sexual inteligente, séria e completa.

E, quando num dado momento, uma sociedade toma consciência da necessidade de preencher esta lacuna que até então não lhe parecia fundamental, pode concluir-se por simples lógica que uma tal tomada de consciência não resulta apenas do acaso, mas provém de sérios problemas sociais com que vem deparando neste campo.

EXPERIÊNCIAS DE ALGUNS PAÍSES

Alguns países deram desde muito cedo provas dum extrema audácia. A Alemanha, por exemplo, onde já em 1962 os estudantes de Berlim podiam, segundo parece, assistir a um filme que os instrua em pormenor acerca da sua origem concepcional. Em Inglaterra, onde numa primeira fase tentou-se evitar uma forma universal, contentando-se o Ministério da Educação, sabiamente respeitador dos particularismos, em publicar, em 1943, uma circular destinada a todas as autoridades locais da Educação, convidando-as a fazerem o necessário para que a educação sexual seja integrada no Ensino Geral nas escolas. Hoje, porém, um inquérito internacional, muito seriamente elaborado por Madelene Frank, mostra-nos o estado actual da evolução acerca desta matéria nesse país, onde nunca a educação sexual esteve como neste momento na ordem do dia. Em quase todos os países nórdicos, a educação sexual entrou nos costumes e faz-se abertamente nas escolas e em colectividades de toda a ordem.

QUESTÃO «TABU»?

No nosso país, este assunto mantém-se ainda tão «tabu» como nos recantos mais tradicionais do nosso continente. Devemos, entretanto, começar a pensar seriamente neste assunto, apesar de todas as limitações e particularidades com que nos deparamos neste campo.

O que podemos, pois, entender por uma educação sexual?

Na opinião do psicólogo Louis François, a expressão educação sexual contém duas coisas distintas:

1.º — A informação sexual, ou seja o problema de se saber de que modo devemos dar às crianças e adolescentes um conhecimento da anatomia e da fisiologia sexuais, de que modo lhes iremos revelar essas realidades, que para eles constituem um mistério (...) que os preocupam e os atormentam.

2.º — A educação sexual propriamente dita, ou seja, o dever (...) de lhes fazer compreender que esse instinto (sexual), tal como os outros, deve ser colocado sob a dependência da vontade e da razão e, de instinto animal deve tornar-se instinto humano.

O primeiro problema é sobretudo científico, mas comporta no entanto uma finalidade moral. O segundo

é essencialmente moral mas pressupõe uma informação científica — acrescenta o autor.

FONTE DE GRANDES EMBARAÇOS

Entre estas duas descrições, a finalidade principal, segundo a minha opinião, parece ser o de preparar para o amor, entendendo esta palavra no seu sentido mais lato. O mesmo é dizer que se trata de preparar a criança, o jovem, para as suas funções de adulto, o que exige que se tome em consideração o seu sexo. Daí que, uma educação sexual, não tem sentido se não começar por uma educação sexuada, isto é, uma educação em que se tente dar a cada indivíduo virtudes e um ideal relacionados com a natureza de homem ou de mulher.

Tão necessário como difícil, a educação sexual continua a ser para muitos fonte de grandes embaraços. Talvez possa mesmo dizer que não existe nenhum domínio na actual Pedagogia em que os pais, encarregados de educação, educadores e professores se sintam mais abandonados a si próprios do que quando se trata de fazer uma tal educação.

Como traduzir em linguagem simples coisas nem sempre fáceis de explicar? Como e quando começar a informação sobre os problemas do sexo? Porquê? Que dizer nas diferentes idades? Como dialogar naturalmente com as crianças e como abordar sem falsos pudores, mas com tacto e respeito, um assunto que séculos de miopia relegaram para o reino dos «tabús» intocáveis?

«TORCER O PESCOÇO A CEGONHA»

Devemos reconhecer que a primeira dificuldade não reside na maneira de informar os nossos filhos, os nossos alunos, sobre o que mais tarde será a sua vida de homem ou de mulher, a primeira dificuldade está nas nossas próprias mentalidades de indivíduos educados numa atmosfera de vergonha, de constrangimento, de pudor mal compreendido. É necessário de uma vez por todas, tal como no dizer de Anne Valinief, psicóloga e mãe de família «torcer o pescoço à cegonha», «fazer um gigantesco auto de fé das couves, rosas e anjos, com que atafulharam a nossa infância». Releguemo-los sem remorsos para o armazém dos acessórios ridículos e fora de uso, por quão perigosos e nefastos.

Contudo, falar destes problemas sem ter em conta os indivíduos propriamente inseridos num sistema social, que influencia todos os seus actos, hábitos de pensar, julgar e agir, seria ficar ao nível da teoria mais abstracta. Cada criança é um caso particular, as suas relações que elabora com toda a gente que o rodeia, e antes de mais com os pais, são-lhe específicas. Depende da sua mentalidade, do seu desenvolvimento intelectual e afectivo, que reina no lar do universo geral em que cresce.

TAREFA DA FAMÍLIA OU DA ESCOLA?

Daí que surgem perguntas e opiniões muito controversas, se a educação sexual deve ser deixada ao encargo da família ou da escola?

Na minha opinião, é no âmbito da família que a educação sexual se poderia ministrar de modo mais fácil e eficiente, porque a família é o núcleo, é aí que a criança faz a primeira aprendizagem da vida, e sobretudo da vida em relação. Mas, se os pais cumprissem este dever com satisfação e eficácia, o problema da educação sexual na escola não se poria. Portanto direi na família e na escola. Na família, para uma educação sexual mais afectiva (não desconhecendo contudo, todas as limitações e particularidades que caracterizam o nosso povo nesta matéria, o que constituiria só por si um factor impeditivo para o cumprimento duma tal educação, mas que deveria ser encarado como um processo). Na escola, para uma educação sexual mais científica.

A evolução normal do espírito humano impõe-lhe



a procura de um conhecimento das coisas. Aparece uma atitude destinada a fazer pa a que chamamos o conhe a confrontar o seu nível obrigado a rever os seus experiências vividas, a cri ela quer saber.

A DESCOBERTA DO S

É por volta dos tré Binêt e Simon, que uma que existem dois sexos e tal como o pai e a mãe, o pectos lhe parecem muit mão ou da irmã. Começ curiosidade infantil sobr

Frequentemente ob tividades masturbatória gam, dedicando-se à exp manipulações, fricção e seguindo-se muitas veze porcionar um verdadeir ção, que no decorrer d uma actividade de apre sidade de exploração, o esquema corporal, isto criança faz do seu corpo tece, não é porque as c porque estão curiosas, i sustadas com uma tal o que considera tal prática mesmo a oculta, vê-se mas entre os quais o d plexo de castração». T timento de culpabilidade bação e originado na s negativas dos pais e en part'r do momento em ticas masturbatórias, s terdições, proibindo-a d sexuais. Esta proibição de castigos corporais o criança sérios problem sexualidade.

Na verdade, esse f mal nessa idade, acaba adulto não interferir, p sua própria accção, dire caso de persistência, lo mitida, deve ser canaliz

INFLUÊNCIAS DA A

Ao lado deste prob também fonte de cur Na verdade, o núc filhos e filhas, quando trita do âmbito familiar certo ar de exibicionis idade adulta, e exacta a criança. Contudo, nã ela (a criança) quiser corpo do seu pai ou da s com ingenuidade para normal mas o pedido n é que a recusa, embor de censura. A criança de ter visto o que cons ver o que frequentem é bom que os pais faç ver» (sem ligarem muit — grave — e mostrar-s que pode constituir pro

Muitas coisas se p para além de lhe servir

Gabú e os seus vizinhos

Fontes e realidades históricas da senegâmbia

No quadro do programa de acção do (INIC) Instituto Nacional da Investigação Científica, na continuação do estudo sobre fontes e realidades históricas da Senegâmbia, a primeira parte deste trabalho é o Império do Gabú e os povos vizinhos.

No antigo Gabú, as etnias numericamente dominantes, eram os Padjadincas, Beafadas, Bannhus. No colóquio realizado em Dakar sobre o Gabú, o ex-presidente senegalês Leopoldo Sedar Senghor, desejoso de abrir a janela da ignorância deste Impé-

destes últimos ao Mandimansa.

Um outro problema que mereceu a atenção do ex-presidente, são os nomes clânicos do velho Mandé que desapareceram. Os presumidos conquistadores adoptaram os nomes autóctones (Sané, Mané) que não existiam no Mali. Isto constitui um ponto de reflexão: se o Gabú foi uma província do Mali, como se justificam todas estas diferenças culturais? Por outro lado, aqueles que afirmam que o Gabú é uma província do Mali, significa à falta de fontes fun-

faz fronteira com os Estados tecnocráticos do Futa Djalón. A Oeste a fronteira é todo o litoral, até a fronteira de Quínara (onde se encontram os Estados Manjacos, Papéis) que não fazem parte do Gabú, constituem Estados independentes.

Antes da fundação do Mali, existia um micró Estado Mandinga que se chamava Mandé. Com a queda do Ghana, houve repressões sérias sobre os estados vizinhos que provocaram o levantamento do Sundjata Keita. Este, como fundador do gran-

no Império do Gabú clandestinamente com as suas tropas. Esta penetração, tinha como objectivo a ocupação de Quínara, Estado poderoso na altura, que mantinha boas relações com o Gabú, devido a laços familiares mais concretamente a sua identidade étnica. Entretanto, Koli-tenguela saiu derrotado, estabeleceu-se numa zona intermediária do Mali, Gabú e o Futa Djalón, onde tentou vingarse através do massacre efectuado em Budukú (capital do Império Beafada). Tanto o Mali como o Futa Djalón (Estados

já tinha iniciado os seus contactos com os povos do Gabú, facto que favoreceu a assimilação cultural e linguística-religiosa. A islamização implicava o abandono de usos e costumes animistas e aprendizagem da língua dos islamizadores. Não há nenhuma fonte histórica que comprove a existência do Estado Mandinga nesta zona.

Mário Sissoko chamaria atenção sobre o seguinte facto:

O fenómeno de «mandinguização» foi interpretado por muitos autores como uma forma de ocupação militar, o que não é verdade porque, nem todo o Gabú foi mandinguizado. A existência de ruínas e vestígios em todo o território do antigo Gabú, são testemunhas históricas que nos levam a afirmar mais uma vez que o Gabú nunca foi uma província do Mali.

DECADÊNCIA DO IMPÉRIO DO GABU

As guerras de 1840-1859, enfraqueceram seriamente todo o império, que viria a estar na base da sua decadência. Em 1867, regista-se a última fase da sua decadência. «O resultado da minha investigação, permite-me afirmar que o Gabú foi um império, porque subjugou muitos Estados independentes que se tornaram mais tarde as suas províncias», sublinha Mário Sissoko.

Foram descobertos outros locais nomeadamente Tabató, Katabina, Tantam Kossy, Camasaba, que o INIC irá explorar. Desde já, apelamos a boa colaboração das populações locais, dentro do programa de acção na elaboração da «HISTÓRIA NACIONAL». Este apelo é ainda extensivo às localidades importantes do país.

O nosso povo foi grande guerreiro e resistente, os portugueses, segundo investigações feitas, trabalharam muito, porém, só escreveram histórias das suas vidas. Por conseguinte, o nosso dever é tentar reconhecer as nossas fontes antigas, que estão por detrás da cortina da ignorância. Este não é só o dever moral do INIC mas, de toda a população incluindo as autoridades.



rio, tentou chamar a atenção dos participantes, dizendo «o que mais admira ao pesquisador, é o facto de constatar que o patriarcalismo que caracteriza a família Mandinga, foi substituído pelo matriarcalismo das populações antigas. Assim, no Gabú, o poder transmite-se de tio ao sobrinho pela linhagem materna. Isto, pode por um lado, servir de ponto de reflexão séria, e por outro lado, pôr em causa a identidade étnica dos imperadores do Gabú ou a submissão

damentadas nos domínios arqueológicos, etnográficos, linguísticos.

«As pesquisas que venho efectuando até agora, levam-me a afirmar que o Gabú foi fundado antes do Mali e nunca foi uma província do Mali. Podemos situar a data da sua fundação, entre o séc. VIII à primeira metade do séc. XIX» disse o historiador Mário Sissokó.

A sua extensão vai do Senegâmbia (Senegal), à fronteira Norte do Império dos Beafadas. A parte Leste do Império

de Mandé, desencadeou uma guerra no Centro e Leste do actual Mali. Na corte havia conflitos no poder e vários levantamentos de povos subjugados.

Mário Sissoko afirmaria «todos estes problemas no meu entender, não podiam permitir que Sundjata Keita alastrasse o seu território em todo o Atlântico».

Na idade do ouro do Império do Mali, Koli-tenguela de influência islâmica, com o apoio do Mali e dos Estados do Futa Djalón, penetrou

islâmicos), utilizaram Koli-tenguela que estava no Futa Toro para acabar com a força dos Beafadas, que eram aliados mais fortes do Gabú. Mas, não conseguiram concretizar os seus ideais.

A assimilação cultural (Mali-Gabú), não atingiu a amplitude que muita gente pensa. Por exemplo, o Leste do Gabú já tinha contactos comerciais com os Djilas do Mali, onde havia vários núcleos Mandingas. Antes da formação do Império do Mali, o islão

mento intelectual adequado primeira fase de uma tentativa para a consciência aquilo que interior com o exterior; fantasmas de acordo com a ça começa a pôr problemas,

anos, segundo os testes de criança começa a descobrir que ela pertence a um delese no entanto sob certos aspectos mais diferentes dela, do ir-se a notar uma verdadeira os problemas do sexo.

rváveis nesta fase são as acas que as crianças se entre-rações que se traduzem por parências dos órgãos sexuais, uma excitação que pode proporcionar erótico. A masturba-estádio fálco aparece como lizagem, faz parte da neces-descoberta progressiva do da própria descoberta que a do seu sexo. Quando tal aconteças são viciosas, mas antes inquietas, ao mesmo tempo asuberta. Ora, para a criança natural, e inicialmente nem braços com grandes proble-conhecido e calado «com-complexo provém dum sententida por causa de mastur-maior parte pelas atitudes regados de educação, que se apercebem destas préescarregam a criança de in-car com as mãos tais órgãos uitas vezes é acompanhada e pode causar à pequena mais tarde no domínio da

meno de masturbação, norma desaparecer por si só se o indo-a ou reforçando-a por ou indirecta. Todavia, em de ser encorajada ou per-

TUDE DOS ADULTOS

a, encontramos outro que é lade infantil — o nudismo. o dos pais diante dos seus praticado na atmosfera resorre o risco de tomar um não totalmente natural na e por isso pode perturbar e motivos para escândalo se esta ou aque'a parte do ãe, quando se lhes pedem mostrarem. A recusa é é menos. O que é preciso éverica, não dê impressão eve sentir-se culpada nem u ver, nem de ter querido lhe querem esconder. Aqui na distinção entre «deixar importância) — o que não é m algum prazer nisso — o a.

diante da criança que, natéria de reflexão, positi-

Tal como outros povos africanos e do mundo inteiro, também os Mandingas passaram de um conceito restrito de família — ou «bulunda» — formado por todos os descendentes de um antepassado comum, para um conceito mais amplo de família — ou «luò» — onde já se incluem não apenas os descendentes de um mesmo antepassado vivendo numa povoação sob a autoridade de um mesmo chefe, como ainda os que aí se encontram, sob a mesma autoridade, independentemente dos laços de sangue que os separem da maioria; neste caso se incluem os escravos, que na tradição antiga se consideravam um prolongamento da família, e um atestado real do seu poder, prestigiando-se a família na região tanto mais quanto maior fosse o número de escravos que possuísse.

Mas, dentro da família simples, os Mandingas ainda distinguiram no passado a família tradicional simples — composta por marido, mulher e os filhos de ambos — e a família tradicional composta — formada pelo marido, pelas suas diversas mulheres e por todos os filhos que delas obtiver. Esta família tradicional composta é, — obviamente, uma aquisição pós-islâmica, pois só depois da adopção do Islão se aceitou a poligamia prevista e admitida no Corão. Posteriormente, todos estes conceitos tradicionais de família seriam absorvidos pela concepção mais alargada e dinâmica — ou «Dimbaiá» — presente na economia de mercado e já orientada por uma multiplicidade de chefes locais e provinciais, articulados entre si e dependentes do poder do imperador. E se, por outro lado, houve tempos, como o tempo da escravatura, em que as famílias se reuniam por «moraaças» sob o signo da consanguinidade, hoje já esse fenómeno se encontra ultrapassado, sendo cada vez mais frequentes as «moraaças» com gentes de origens diversas sob a direcção de um chefe comum. Mas apesar disso, e no sentido mais restrito e vulgar, a família ainda é concebida como a unidade alcançada, dentro duma «moraaça» — ou conjunto de casas agrupadas centro de uma paliçada — pelo chefe, suas mulheres e filhos, e quaisquer outros que, ligados a ele pelo sangue, vivam sob a sua autoridade, como os irmãos, os sobrinhos, os primos e cunhados, etc.. E normalmente quando pensa na família, o cidadão

Kansala: Projecto de pesquisa

mandinga pensa nas pessoas do seu sangue que coabitam sob a autoridade do mesmo chefe, na «moraaça» onde nasceu.

Desde o passado que a família constitui a célula elementar de todo o edifício social, pois a sua unidade dentro da «moraaça» é elementar para a povoação — ou «tabanca», — do mesmo modo que a unidade entre as povoações é essencial à unidade de cada província, e a destas à unidade de todo o império.

Dentro de uma «moraaça», e de forma a articular-se com as outras no mundo mais vasto da povoação, os indivíduos estão ainda agrupados por classes de idades, uma mini-célula dentro da célula. Estas «classes de idades» são ainda de certo modo respeitadas na fase do desenvolvimento infantil e adolescente mas, no passado, tiveram um grande efeito social como enquadramento de vontades, de deveres e de direitos. Através da escola que constituíam, o indivíduo estabelecia a ligação entre a sua família e a sociedade.

A força moral destas classes de idades juntava-se o prestígio profissional para que a família fosse lançada no espaço social com maior ou menor relevância. As tarefas económicas a que a família se dedicava — e isso era de um modo geral aperfeiçoado e mantido de geração para geração — torna-

vam-se tão vitais para o reconhecimento social do grupo familiar, que ainda hoje certos apelidos são mais respeitados que outros se a sua ascendência indica uma profissão prestigiada no passado, o que condiz com o seu antigo prestígio. Estão neste caso os apelidos Sani e Mané, que indicam uma ascendência nobre — os «nhantxós», — que no passado foram os nomes dos ramos dinásticos que governaram o império do Gabú. Seguem-se em prestígio os Sonco e Sanhá, cujos ascendentes foram oficiais de exército com a categoria de generalato, verdadeiros lugares-tenentes dos reis. Alguns Sanhá foram apenas ferreiros, grupo profissional que se tornou o mais importante entre as castas não-nobres, e onde avultam outros nomes prestigiados, como os Kamará, os Tchamo, os Kassamá, os Danfá, etc.; para a casta dos sapateiros — a que se seguiu em ordem de importância social — recordam-se os apelidos Turé e Fati-Namá, os Yafá, os Dahaba, os Quidjêra, etc.; outros, como os Fati-Nganá, ficaram conhecidos como «mouros» e a população associou-os ao ramo comercial. Mas a maioria dos nomes não foram celebrizados, eles pertenceram à massa anónima dos que cultivam as terras e apascentam os gados, mas de cuja força braçal dependeram todos os impérios e as mais complexas organizações económicas e sociais.

Alex La Guma: Ninguém pode escapar às contradições da sociedade

Por vezes há encontros bizarros. Quando aqui há pouco mais de um ano comecei a tradução de um conto do escritor sul-africano Alex La Guma, nunca me passou pela cabeça que o iria encontrar em... Pyongyang. Foi isso que aconteceu. Participantes ambos na II Conferência Mundial de Jornalistas contra o Imperialismo pela Paz e pela Amizade, encontrámo-nos na capital da República Popular Democrática da Coreia no mês de Julho passado.

Escritor bem conhecido, traduzido em 14 línguas entre as quais a portuguesa, Alex La Guma prontificou-se a prestar um breve depoimento sobre a sua vida, a sua obra, as perspectivas da literatura sul-africana e aquela velha questão, que é de regra, de saber até que ponto se pode ser um artista engagé.

O engagement de Alex La Guma é evidentemente consequência naturalíssima da sua vida de «black» no país do «apartheid».

Nascido na Cidade do Cabo, ali estudou tendo terminado a escola secundária. Depois trabalhou numa fábrica e num escritório. Cedo foi atraído para o jornalismo, tornando-se redactor do semanário progressista «New Age».

Segundo nos explica, a sua profissão de jornalista pô-lo em contacto nu e cru com as realidades da existência dos negros, coloured e asiáticos na África do Sul. Vítima ele próprio da cor da sua pele (coloured), não tardou a digerir os seus conhecimentos do quotidiano e a seguir duas vias: a da acção política,

militante, e a de escritor igualmente militante.

Aquilo a que assistiu, a dura realidade com a qual entrou em contacto foi tema das suas short stories, que são um testemunho da luta das maiorias contra a minoria branca opressora, da esperança na construção de uma nova sociedade.

«Banido», preso, colocado sob prisão domiciliar, impossibilitado de exercer a sua profissão e de publicar os seus livros, tomou em 1966 o caminho do exílio.

— Não propriamente o do exílio pelo exílio — explica. Sai do meu país para travar a luta no estrangeiro. Vivi doze anos em Londres a trabalhar no Movimento Anti-«Apartheid» para o Congresso Nacional Africano, do qual sou militante. Viajei por muitos países na minha missão de militante anti-«apartheid», e em 1968 o CNA nomeou-me seu representante para a América Latina. Por isso vivo desde então em Cuba.

— E como concilia a sua actividade de escritor com a de militante político?

— São inseparáveis. Qualquer escritor escreve sobre as pessoas, as experiências humanas. A principal ocupação do ser humano é mudar, criar novas sociedades, novas condições de vida. O escritor tem de reflectir isso mesmo. Na África do Sul, a divisão entre as raças torna estas coisas mais claras, mais nítidas. Ou nós escrevemos sobre aquilo que é verdadeiramente o mais importante para os seres humanos e temos de reflectir estas lutas e estas contradições, ou esquecemos o mais importan-

te e escrevemos sobre o secundário, o acessório. Há muitos exemplos de escritores militantes, como o poeta Pablo Neruda. Há também casos de homens consagrados à actividade política que não deixaram por isso de ser escritores: Leopoldo Senghor e Agostinho Neto, por exemplo. Não existe qualquer contradição entre uma coisa e outra.

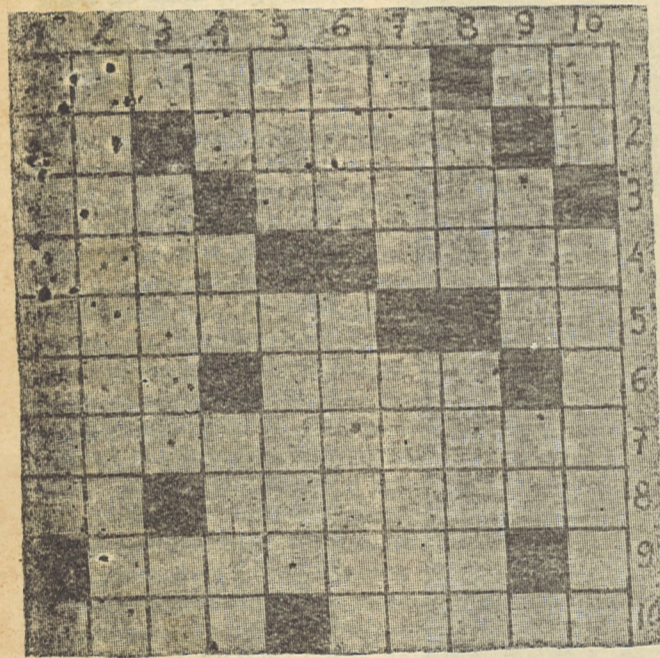
Existe realmente uma falsa concepção, segundo a qual o escritor tem de pairar acima das lutas políticas. Mas a verdade é que o escritor é um cidadão como outro qualquer. Em certos regimes, a forma de militância poderá ser, por exemplo, a simples participação nos actos eleitorais. É também, à sua maneira, uma posição política. Noutros regimes a situação de engagé torna-se muito mais óbvia, porque os problemas e as contradições se colocam de forma muito diferente.

— Como estão as coisas na África do Sul? Quais as perspectivas da literatura militante anti-«apartheid»?

— A maioria dos escritores empenhados nessa luta está fora do país. A literatura mili-

tante na África do Sul é neste momento clandestina. Poesia, teatros de rua criados por pessoas directamente envolvidas na luta política e que reflectem precisamente essa luta são as formas da literatura engagée na África do Sul. As autoridades estão atentas a essa outra forma de luta: ainda recentemente dois jovens foram presos por terem cantado poemas de protesto na rua. As esquinas das ruas, nas garagens, nos mais diversos locais públicos representam-se peças de teatro e recitam-se ou cantam-se poemas de resistência. Trata-se de um movimento importante, que as autoridades não conseguem deter. No ano passado, houve uma conferência em Botswana, na qual participaram muitos activistas da África do Sul e outros idos do exílio. Aí se discutiu esta literatura-underground e se analisou como a literatura devia ser utilizada para fazer avançar a luta na África do Sul. Aliás, é bom acrescentar que a clandestinidade é o destino dos escritores progressistas da África do Sul, impedidos na prática de publicarem a sua obra dentro do país.

Palavras cruzadas



HORIZONTAIS

- 1 — Onda que sobe o rio — nota musical
- 2 — Símbolo do alumínio — bastante
- 3 — Má pessoa — seguia — prefixo de duplicação
- 4 — Artigo definido — Cidade colombiana
- 5 — Governo imperial Japonês — único
- 6 — Elemento químico presente na água do mar
- 7 — Sujar — Rio de Espanha
- 8 — Planície de França — figura
- 9 — Personagem mitológica
- 10 — Interpretação individual — ave amazónica

VERTICAIS

- 1 — Deslocação telúrica no mar
- 2 — Puxe — organismo internacional Aviação civil
- 3 — Sapatos camponeses — Holanda abrev.
- 4 — De manhã — apelido — organização político-militar
- 5 — Nome próprio — alvorada
- 6 — Exclamação — dormir (fig) — altar
- 7 — Nota musical — parar
- 8 — Rei do Benin — gorda
- 9 — Sistema de aterragem para instrumentos
- 10 — Castelo célebre de uma obra de Dumas — cidade Japonesa

Educação sexual

Continuação das centrais

titui uma verdadeira lição da educação sexual, positiva ou negativamente. Sabe que o pai e a mãe dormem no mesmo quarto, ou na mesma cama e que, nem sempre se pode entrar quando lá estão os dois sozinhos. Ela pode reparar na grande barriga da sua mãe quando está grávida. Na rua, encontra por vezes par de namorados cujos comportamentos lhe chamam a atenção. Enfim, uma infinidade de testemunhas bastante desconexas, é verdade, mas que bastaria uma pequena coisa para que se dê a cristalização de todos esses dados esparsos, se o adulto com qualquer pretexto educativo os não falsear e vier embarçar toda a meada.

Realização dos objectivos requer primeiro lugar esforços internos

cia, introduzir critérios rigorosos na avaliação dos alunos, racionalizar o alargamento do estabelecimento do ensino e melhorar as condições técnicas e materiais dos já existentes. O nosso ensino deve desenvolver-se de acordo com a nossa capacidade de torná-lo eficiente e de qualidade.

Por outro lado, há que encorajar a formação média e profissional e tornar a formação dos nossos quadros, nomeadamente os superiores, mais adaptada às nossas realidades e às nossas necessidades de desenvolvimento, por forma a evitar-se o subaproveitamento dos quadros recém-formados. Urge, ao mesmo tempo, definir-se uma política de quadros sua formação e enquadramento, o que só é possível através de uma política educacional planificada.

Falando da educação e ensino não podemos, contudo, ignorar os esforços desenvolvidos no sentido de dotar o ensino de quadros nacionais, de superar e reciclar os nossos agentes de docência a todos os níveis, de garantir aos alunos, manuais escolares, particularmente ao nível do ensino básico elementar.

No domínio da saúde, foram logrados alguns resultados, nomeadamente no que respeita à saúde de base, que tem vindo a ser alargada aos sectores. Todavia, forçoso é reconhecer a situação preocupante deste domínio que, consequentemente, deverá merecer toda a nossa atenção.

Quanto à informação e cultura, é necessário que a sua acção seja mais vasta e profunda. Esperamos, contudo, que, com a instalação de novos equipamentos, a criação de condições materiais e a superação dos quadros do sector, as nossas deficiências sejam ultrapassadas.

Camaradas,

Em suma, durante o ano de 1983 alguns resultados positivos e encorajadores foram conseguidos, mas também muitos erros foram cometidos, quer por razões objectivas, quer subjectivas.

Devemos tirar lições desses erros e transformá-los, nas nossas acções futuras, em sucesso.

Para isso devemos ser mais responsáveis e exigentes. Sérias medidas vão ser tomadas com vista a pôr cobro à situação de indisciplina e desorganização que se verifica nomeadamente em alguns sectores da nossa economia.

A este propósito e no que concerne à ajuda externa gostaríamos de agradecer, uma vez mais, à comunidade internacional pelo valioso concurso que tem prestado à Guiné-Bissau, permitindo-lhe, assim, dar mais um passo no seu processo de reconstrução nacional.

Reconhecemos que muitas vezes não temos sabido utilizar racionalmente os fundos postos à nossa disposição, e assim, temos vindo a criar dispositivos que nos permitam um controle rigoroso e uma utilização racional da ajuda recebida.

Camaradas e Compatriotas,

A Guiné-Bissau, consciente da necessidade, possibilidade e importância de uma economia planificada com vista a um desenvolvimento harmonioso, e, no cumprimento das directrizes do nosso glorioso Partido — o PAIGC, força dirigente da sociedade guineense e das orientações contidas no programa do governo provisório, lançou-se num grande desafio — a elaboração do seu I Plano Quadrienal de Desenvolvimento Económico e Social, 1983/1986; plano este que se insere numa perspectiva de definição da estratégia global de desenvolvimento do país e que contém em si duas fases distintas mas interligadas:

A fase da estabilização, durante os dois primeiros anos (1983 e 1984), em que será aplicado o Programa de Estabilização Económica; e a fase do relançamento de economia, em que as preocupações de equilíbrio económico e construção nacional serão predominantes e que abrangerá os anos de 1985 e 1986. Isto é, na primeira fase, pretende-se evitar o agravamento dos desequilíbrios; na segunda fase, pretende-se já reduzir o mais possível esses desequilíbrios e lançar as bases do desenvolvimento futuro.

Para o reequilíbrio económico do país é fundamental o forte crescimento da produção e das exportações. Deste modo, foi definido para efeitos do I Plano Quadrienal, um bloco prioritário de actividades sobre as quais incidirão os principais esforços de desenvolvimento nos próximos anos. Os sectores que constituem o bloco prioritário são os seguintes: agricultura, madeiras, pesca e minas.

No sector agrícola será prosseguido um duplo objectivo. Por um lado, temos de caminhar no sentido de assegurar a auto-suficiência alimentar, o que implica um forte aumento da produção de cereais, especialmente de arroz. Por outro, temos de desenvolver as exportações do sector, em que assumem particular importância o amendoim, o cajú, o coconote, o algodão, etc.

No sector das pescas, a preocupação dominante vai para a gestão e valorização dos nossos recursos. Deste modo, a par de medidas que conduzam ao aumento da produção, destinada quer à exportação,

quer ao consumo interno, uma atenção particular será dada a fiscalização e controlo efectivo da nossa zona económica exclusiva.

Na exploração florestal, transformação da madeira, o objectivo fundamental consistirá no aumento significativo das suas exportações, embora sem descuidar a importância do sector para o abastecimento do mercado interno, nomeadamente no campo da construção civil.

Finalmente, no que toca ao sector mineiro, o período do plano será essencialmente dedicado à criação das condições para o futuro arranque da exploração das riquezas do país neste domínio. Assim, os esforços incidirão sobretudo na continuação dos estudos e da prospeção dos fosfatos, petróleo, bauxites, etc., ao mesmo tempo que se tentará dotar o sector das estruturas organizativas essenciais ao prosseguimento e reforço das suas actividades.

O desenvolvimento dos sectores do bloco prioritário necessita contudo do acompanhamento de diversos outros sectores, a fim de evitar o surgimento de factores de estrangulamento que tornam ineficazes as medidas adoptadas com vista ao reequilíbrio económico do país. Deste modo, foi constituído um bloco de apoio principal, que engloba o comércio, os transportes e telecomunicações, hidráulica e administração, e ao qual será dedicado especial atenção. A reorganização do sector comercial e o reforço das infra-estruturas de transportes são aspectos importantes que se inserem nesta perspectiva de apoio ao bloco prioritário.

Dentro dos restantes sectores de actividade que vão desde os «sectores sociais» (saúde, educação, habitação, cultura, etc.) à indústria e ao turismo, cabe ao sector da construção civil um papel de especial relevância.

Efectivamente, o aumento da produção e da exportação que se antevê como resultado das acções do bloco prioritário conduzirá naturalmente a um acréscimo importante da procura interna. Afim de evitar que este aumento da procura se vá repercutir no nível de importação é necessário desenvolver e orientar a actividade dos sectores em que a componente importada seja elevada e que possam responder ao aumento da procura. O sector da construção civil é, entre os não prioritários, aquele que melhor poderá responder a este objectivo.

Para os sectores do bloco prioritário foram fixados determinados objectivos específicos a atingir no fim do período coberto pelo I Plano Quadrienal de Desenvolvimento. Estes objectivos consistem em metas a atingir nos domínios da produção, exportação, receitas fiscais, etc. Mas para atingir os resultados pretendidos é necessário a realização de volumosos investimentos, cujo montante global previsto atinge cerca de 16 400 milhões de pesos durante os quatro anos de vigência do plano.

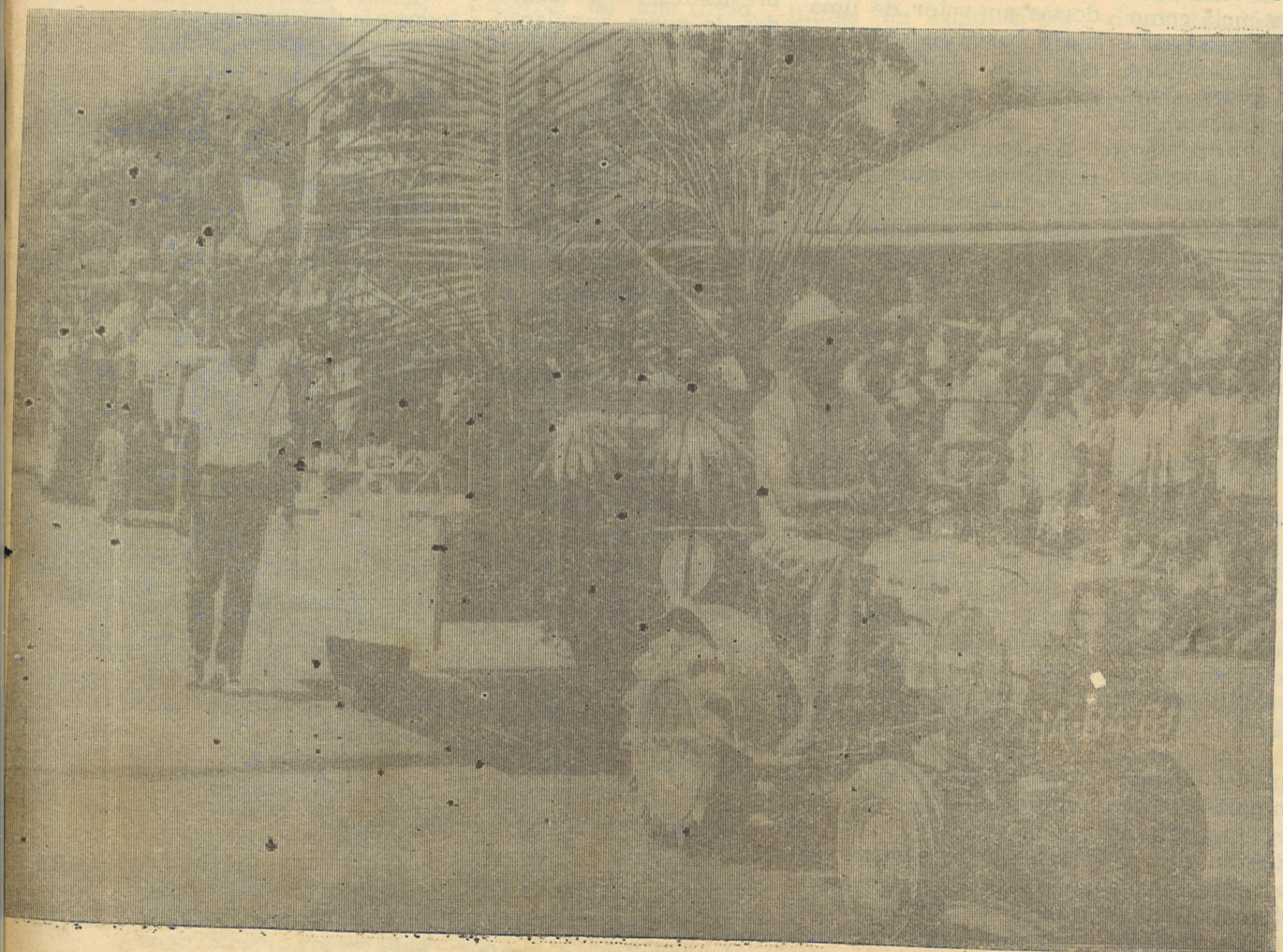
Até ao momento, apenas temos assegurados cerca de 60% dos financiamentos necessários, pelo que temos de procurar fontes de financiamento para a cobertura dos restantes 40%, especialmente para os projectos de investimento que se referem aos sectores do bloco prioritário e do bloco de apoio principal, para os quais ainda não temos financiamento garantido.

Nesta respectiva assume especial importância a realização da mesa redonda, para apoio ao nosso desenvolvimento que se realizará brevemente em Genebra e onde esperamos poder sensibilizar a comunidade internacional para o financiamento do nosso I Plano de Desenvolvimento.

Camaradas e Compatriotas,

O nosso país tem vindo a atravessar uma situação económica extremamente grave cujos inícios visíveis se situam, em torno de 1978. Nos primeiros anos após a independência, graças a uma ajuda externa importante que provinha do prestígio internacional do PAIGC, pudemos viver acima dos nossos meios, muito acima daquilo que produzimos a partir dessa altura, a situação começou visivelmente a degradar-se atingindo um dos seus pontos mais baixos a fins de 1980.

(continua na última Pág.)



Relançamento económico exige sacrifícios

8 — A crise que atravessa o nosso país provém por um lado do agravamento da crise económica internacional que atinge duramente os países em desenvolvimento como o nosso, devido à deterioração dos termos de troca e ao custo elevadíssimo da energia (petróleo), e por outro lado, aos desajustamentos estruturais da nossa economia, essencialmente devidos aos erros cometidos no passado no capítulo dos investimentos, da utilização da ajuda externa e dos circuitos económicos e comerciais inadequados.

Para tentar combater a situação económica catastrófica em que nos encontramos, foi elaborado, a partir já de 1981, pelo Plano, com a colaboração de outros Ministérios e organismos de vocação económica, um programa que contivesse as medidas económicas e financeiras que pudessem pelo menos atenuar sensivelmente os efeitos da crise, e relançar o desenvolvimento do país.

É assim, que nasce o Programa de Estabilização Económica e Financeira, aprovado em fins de 1982, e que agora começamos a realizar na prática, e que, esperamos, o sucesso vai ser decisivo para o futuro do nosso país.

A primeira, e talvez a mais importante, característica da nossa situação económica é uma balança de pagamentos extremamente deficitária (mais de 40 milhões de dólares). Esse estado de coisas provém do facto de a Guiné-Bissau ser um país agrícola, sendo as suas principais exportações provenientes de produtos agrícolas, cifrando-se essas mesmas exportações em cerca de 15 milhões de dólares contra importações de bens de consumo e de equipamento quatro ou cinco vezes mais importantes. A situação é tanto mais grave, se atendermos a que a nossa produção se encontra estagnada, apesar de esforços feitos na melhoria quantitativa da produção do camponês, e talvez sobretudo ao facto de não conseguirmos comercializar uma parte importante da produção exportável.

Por outro lado, temos um orçamento geral do Estado largamente deficitário, cujo déficit é coberto essencialmente com emissão monetária com as consequências nefastas sobre a econo-

mia do país que todos conhecem. Devemos dizer, que apesar de termos consciência da hipertrofia do aparelho do Estado enorme face aos recursos nacionais, o principal problema é o da fraqueza das suas receitas, devida fundamentalmente a produção baixa do país e portanto, fraca matéria tributável. Esta situação agrava-se mais ainda com as restrições à importação pela nossa difícil situação cambial na medida em que as principais receitas do Estado provém de impostos aduaneiros sobre produtos importados.

A política de investimentos levada a cabo no passado, no sector da indústria constituiu um fracasso quase total, não tendo havido a reprodução dos importantes capitais aplicados, e contribuiu para um aumento substancial da nossa dívida externa que pesa hoje enormemente sobre a nossa balança de pagamentos e sobre o déficit orçamental.

O sector comercial público, que representa mais de 70% de rede de comercialização do mundo rural, não tem cumprido a sua missão fundamental que é o abastecimento do camponês em bens de 1.ª necessidade por um lado e comercialização e drenagem da produção agrícola por outro. Isto devido fundamentalmente à quantidade largamente insuficiente desses bens importados e à inadequação das próprias estruturas do sector comercial público que não está evidentemente vocacionado para tal tarefa.

Finalmente, a emissão monetária para cobrir os déficits de funcionamento do Estado, a inflação própria e importada, e a existência de um importante mercado paralelo estimulado pelas carências de bens de consumo levaram a uma deterioração da nossa moeda nacional cuja paridade em relação às moedas estrangeiras não reflecte nem de longe o seu valor real pelo que se torna necessário e urgente efectuar uma correcção substancial que aproxime o seu valor ao seu poder de compra.

Face a esta situação, o programa de estabilização económica e financeira preconiza um pacote de medidas, cujas principais e mais urgentes foram tornadas públicas e postas em vigor no passado dia 24 de Dezembro. Trata-se de re-

visão da taxa de câmbio, mular as relações com o peso com uma desvalorização de 100%, da reestruturação do sector comercial, da redefinição da política de preços, nomeadamente no que respeita os produtos agrícolas, adopção de algumas medidas de carácter fiscal ligadas à alteração da taxa de câmbio, e um aumento de salários da Função Pública de 40%.

Temos bem consciência que estão na mente de todo o nosso povo algumas interrogações sobre os objectivos e efeitos deste conjunto de medidas.

Começamos pela reestruturação do sector comercial. Uma das causas e provavelmente a principal, da estagnação da produção agrícola tem sido o facto de o comércio não ter cumprido a sua missão de dinamizador da agricultura através de um abastecimento regular e apropriado ao camponês que levasse este último a aumentar a produção para trocá-la por bens de consumo, criando assim excedentes exportáveis importantes. É certo que o nível quantitativo das importações nunca foi muito elevado, mas não é menos certo que ele beneficiou quase sempre o sector urbano em detrimento do camponês que é afinal quem produz e gera divisas através da exportação dos seus excedentes. Além disso o sector comercial retalhista das empresas públicas não incentivava as trocas com o camponês, pela não vinculação da sua existência como comerciante à comercialização dos produtos agrícolas. Acresce além disso que uma parte das mercadorias importadas e destinadas às nossas populações, passava fraudulentamente ao mercado paralelo em prejuízo dessas mesmas populações.

Urgia pois, reestruturar o sector comercial, no sentido de:

1. Abastecer convenientemente o camponês em retribuição da sua produção de forma que, ao produzir por exemplo uma tonelada de mancarra que vale 15 000 pesos ele tenha a certeza de poder adquirir no comércio 15 000 pesos de mercadorias.

2. Promover uma política de importação que tenha bem em conta as necessidades do camponês e que o privilegie como produtor e portanto gerador de riqueza.

3. Promover e esti-

ponês-comércio rural de forma a dinamizar a produção.

Para tais objectivos serão concretizadas as seguintes medidas contidas no Programa de Estabilização e já anunciadas:

1. Privatizar a rede comercial rural e vincular a existência do retalhista rural à comercialização dos produtos agrícolas para exportação, o que significa que este ano, abasteceremos o comerciante em mercadorias, e ele em contrapartida deverá entregar uma certa quantidade de produtos para exportação; no próximo ano ele receberá mercadoria que lhe permitam comercializar uma quantidade ainda maior de produtos agrícolas. Quer dizer, quanto maior a quantidade de produtos agrícolas ele for capaz de comercializar tanto maior será a sua possibilidade de se desenvolver como comerciante e obter maiores benefícios, se pelo contrário ele não for capaz de comprar produtos agrícolas, não será abastecido porque será um comerciante que não interessa aos nossos circuitos económicos.

Por outro lado, os comerciantes que recolham produtos de exportação não tradicionais como o gergelim, borracha, cera, mel etc., serão autorizados a exportá-los quer directamente quer através das estruturas públicas e a importar mercadorias no valor de uma parte bastante substancial das divisas assim geradas.

2. Para a aplicação prática das medidas atrás descritas é condição indispensável, definir uma política de importações que privilegie o mundo rural e obter o financiamento para a realização dessas mesmas importações. Para o financiamento do nosso programa de importação, organizou-se em Lisboa uma mesa redonda, em que participaram os países com os quais temos maiores relações económicas, com o patrocínio do Banco Mundial. Nessa mesa redonda, conseguimos um financiamento de cerca de 15 milhões de dólares, com perspectivas de aumento, caso a implementação das actuais medidas tenha os resultados positivos esperados. Parece-nos que esses 15 milhões serão um bom começo para esta campanha agrícola

que agora começa e na qual depositamos grandes esperanças.

Ainda no quadro da reestruturação do sector comercial, as duas grandes empresas públicas nesse domínio transformar-se-ão, uma numa empresa de importação-exportação e a outra, numa distribuidora grossista fundamentalmente de bens de consumo de primeira necessidade.

Apesar da crise económica internacional, da inflação no nosso país, que é importante, da baixa de poder de compra da moeda nacional, a paridade do peso em relação às divisas estrangeiras pouco variou, acarretando uma situação de falso e alto valor do peso nociva à nossa economia. A título de exemplo, três moedas partiram praticamente do mesmo nível em 1976 — o Escudo português, o Escudo caboverdeano e o Peso.

No entanto, o que se verifica hoje é que, 1 dólar vale em Portugal 130 escudos portugueses, em Cabo Verde quase 80 escudos caboverdeanos e na Guiné, 42 pesos, apesar de a economia desses países se encontrar em melhor situação que a nossa. Tornava-se pois necessário aproximar o Peso do seu valor real para tratar de reajustar os nossos circuitos económicos no interior e com o exterior. A desvalorização de 100% agora realizada, vai ter incidências diversas sobre as diferentes camadas da nossa população. Assim nas áreas rurais onde, a par da desvalorização, se praticou uma actualização dos preços de compra ao produtor que deverá cobrir o que ele perderá com o aumento de preços dos produtos importados, o camponês mercê de uma melhor retribuição da sua produção em mercadorias verá concertada o seu nível de vida aumentar desde que ele aumente a sua produção. Nas áreas urbanas, os aumentos salariais (40% para a Função Pública), não cobrirão a perda de poder de compra do pessoal assalariado. Estamos assim a pedir um sacrifício, que pensamos temporário às populações urbanas, estamos a pedir-lhes que apertem um pouco o cinto, apesar de sabermos que ele já estava rezoavelmente apertado. Mas, o Relançamento do nosso desenvolvimento e a esta-

bilização da nossa situação económica e financeira exigem-no; até, para que, num futuro que não estará muito longe, se todos contribuirem e trabalharmos, possamos efectivamente desapertar os cintos e viver melhor no caminho do progresso e da prosperidade.

Camaradas e Compatriotas,

Neste novo ano que começa é já hábito adquirido desejar-vos a todos os meus sinceros votos de prossecução dos objectivos pessoais de cada um e de alegria e satisfação no seio dos vossos mais queridos. A dificuldade do instante que atravessamos não nos deve desiludir nem desencorajar: tal como fomos capazes de vencer o colonialismo, desafiando todas as previsões militares caracterizadas pela lógica das academias, também seremos capazes de vencer a crise que nos assola desafiando os mais desanimados e improdutivos.

No ano de 1984 a nossa acção vai ser pautada pelo rigor na condução das directrizes anunciadas e pela disciplina em todos os domínios da actividade estatal, comunitária ou privada, de forma a aumentarmos a nossa produção e criarmos assim a riqueza que o nosso país precisa. Não nos esqueçamos que 1984 é também o ano do 60.º aniversário do Fundador da nossa Nacionalidade, camarada Amílcar Cabral, de cujo exemplo todos nós devemos inspirar, para a construção de uma Pátria mais justa e feliz.

Porém, a férrea persuasão de que podemos ultrapassar os problemas que nos atingem não nos deve fazer esquecer que os muitos factores que os provocam escavam completamente ao nosso controle, pelo que uma quota-parte das soluções ambicionadas são dependentes da nossa vontade.

Vamos todos trabalhar com mais rigor e disciplina!

A nossa vontade viabilizará a nossa opção.
Bom Ano Novo!

Viva a República da Guiné-Bissau

Viva o Conselho da Revolução

Viva o PAIGC, Força, Luz e Guia do nosso Povo!

ender mais uma vez ao desafio da história

Nação, na sequência das

Saúde Maria apelou para

nava-se altamente defici-

Para fazer face a esta situação e corrigir os desajustamentos da nossa economia, decidiu o Conselho da Revolução confiar ao Governo Provisório a elaboração de um Programa de Estabilização Económica e Financeira, que iria criar as condições necessárias à implementação do nosso 1.º Plano Quadrienal de Desenvolvimento.

O Programa de Estabilização foi elaborado por uma equipa de técnicos nacionais do Plano, das Finanças e do Banco Nacional apoiada por assessores estrangeiros, tendo sido adoptado pelo Conselho Económico em Outubro de 82 e aprovado pelo Conselho de Ministros em Dezembro do mesmo ano. Tornava-se assim o mais importante documento orientador da nossa política económica, desfrutando do consenso nacional e cujos princípios e recomendações mereceram a aprovação dos organismos e instituições internacionais especializados. Este programa articula-se à volta de 4 pontos-chave:

1. — Reestruturação do sistema comercial, como forma de permitir que o comércio possa de facto constituir o motor e o principal factor dinamizador da agricultura. Esta concepção assenta nas seguintes pedras basilares:

a) Comércio externo — o Estado chama a si, através de uma socieda-

de de import-export que resultará da transformação da Socomin, a importação de 10 produtos de 1.ª necessidade (arroz, açúcar, sabão, óleo, tabaco, sal, milho, leite, farinha, petróleo de iluminação), e a exportação dos produtos tradicionais (ginguba, coconote, castanha de cajú, produtos do mar e madeira). Quanto aos restantes produtos, o seu comércio fica aberto à participação do sector privado (rede comercial de base), cuja quota-parte nos produtos importados será proporcional à sua contribuição na recolha e entrega de produtos tradicionais de exportação, isto para além da possibilidade de exportarem, directamente ou não dos produtos não tradicionais:

b) Comércio interno (distribuição) — o Estado, através dos A. Povo, assegura a distribuição por grosso até ao nível das capitais de região; a partir daqui, caberá ao pequeno comércio privado a distribuição até ao consumidor, cabendo-lhe igualmente a recolha da produção agrícola exportável e a sua entrega à empresa de import-export.

2. — Revisão dos preços dos produtos agrícolas — uma vez reestruturado o sistema comercial, impõe-se que os preços pagos pelos produtos agrícolas sejam remuneradores, competitivos em relação aos países vizinhos e constituam assim um incentivo à produção.

3. — Reajustamento da taxa de câmbio — as acções que referimos anteriormente não são possíveis com a actual taxa de câmbio do peso pois qualquer subida dos preços pagos ao produtor pelos produtos de exportação se traduz em

prejuízos avultados para a empresa exportadora condicionada pelas cotações internacionais.

Torna-se assim necessário proceder a um reajustamento da taxa de câmbio através de uma desvalorização que, em vez do objectivo clássico de promover as exportações e limitar as importações, tem como finalidade quebrar o círculo vicioso de não se importar porque não se exporta e não se exportar porque não se importa, permitindo uma remuneração ao produtor que seja justa e incentivadora, ao

verno, como forma de evitar pressões inflacionistas que contribuem para desestabilizar o ainda frágil equilíbrio que possamos conseguir com as medidas já referidas.

Atendendo, porém, a necessidade de se atenuar os efeitos resultantes da aplicação das medidas tendentes ao reajustamento da taxa de câmbio, com a consequente repercussão sobre o nível geral dos preços e tendo em atenção evitar o agravamento excessivo do poder aquisitivo das populações, entendeu-se con-

sciência dos sacrifícios que a aplicação destas medidas irá impor ao nosso povo antes que os resultados benéficos se tornem visíveis. Estamos convictos de que, se é indispensável ter a coragem de assumir os riscos da sua aplicação, não é menos necessário poder contar com um forte apoio da comunidade internacional e das instituições internacionais especializadas, ainda que por tempo limitado, até que as medidas que estamos a aplicar possam produzir os resultados esperados que permitirão, gradualmente, dispensar esta ajuda cuja necessidade actual é imperiosa.

Lançamos aqui o nosso apelo aos países amigos que nos têm manifestado a sua solidariedade e muitos dos quais estiveram recentemente conosco na «Mesa redonda de Lisboa» numa prova de confiança nos destinos do nosso país, para que nos apoiem de maneira efectiva no esforço em que estamos empenhados.

São as seguintes medidas de política económica que o governo decidiu ontem decretar:

1. — Decreto n.º 33/83 — estabelece a nova paridade do peso em 88 PG por um direito especial de saque, o que equivale a uma desvalorização de 100 por cento.

2. — Decreto n.º 34/83 — estabelece aumentos dos vencimentos da Função Pública em 40% a partir de 1 de Janeiro de 1984.

3. — Decreto n.º 35/83 — define a participação do comércio privado no comércio de import-export.

4. — Decreto n.º 36/83 — converte as taxas específicas em ad valorem, cria taxas de tráfego

para as mercadorias manuseadas nos recintos administrados pela alfândega e altera as taxas do imposto indirecto das alfândegas.

5. — Despacho do Ministério do Comércio e Artesanato de 23/12/83 — fixa os preços dos produtos agrícolas para a campanha 83/84.

— Embora se espere que as medidas anunciadas tenham um impacto considerável e relativamente rápido, elas não poderão ser só por si suficientes para corrigir os graves desequilíbrios que afectam a nossa economia. Assim, o nosso governo lança um vibrante apelo a todo o nosso povo para que redobre os esforços no sentido de aumentar a produção e a produtividade de forma a responder mais uma vez ao desafio que a história nos lançou no combate ao subdesenvolvimento.

O nosso país terá que se ajustar às condições criadas pela crise económica através de severas medidas de austeridade e estabilização económica que o governo está decidido a aplicar com todo o rigor.

Estamos no entanto seguros de que embora as medidas que ora acabamos de aprovar tenham que contar em primeiro lugar com a nossa capacidade interna e determinação, elas terão que ser apoiadas pela comunidade internacional de forma a permitir um aumento substancial das nossas importações de bens de consumo de 1.ª necessidade para o abastecimento do mundo rural. A viabilidade e o sucesso dessas medidas contam com o indispensável complemento de ajuda externa que os países nossos amigos certamente não deixarão de nos prestar.



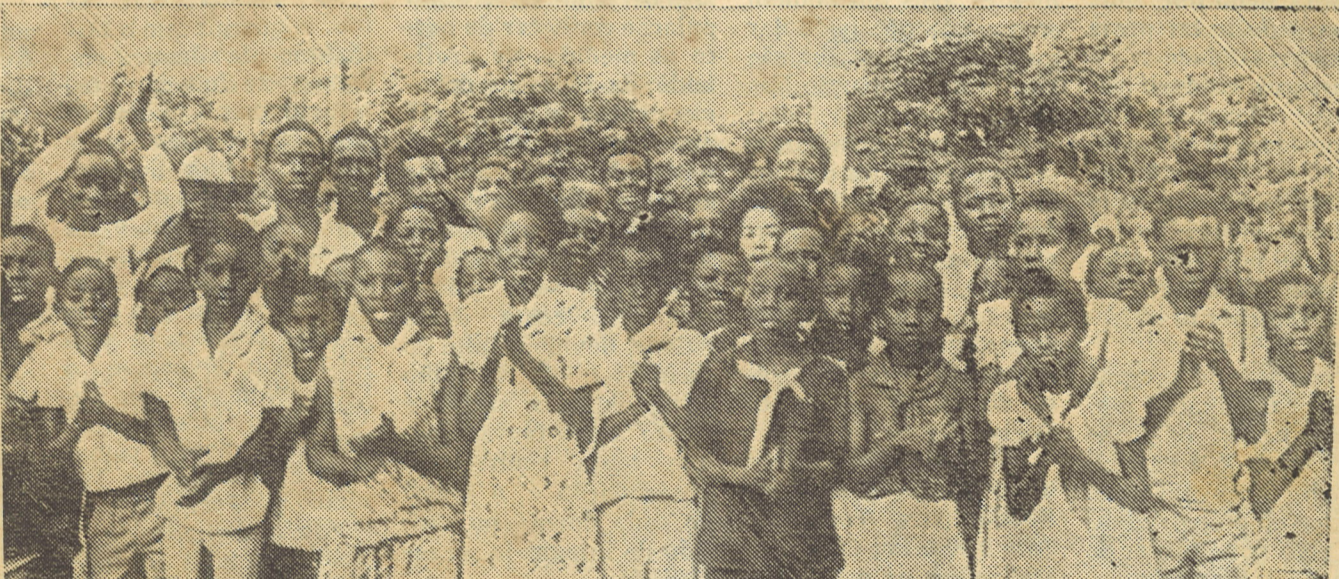
mesmo tempo que se faz com que cheguem até ele os bens de que necessita através da rede comercial e do sistema de crédito agrícola a ser implementado no próximo ano.

4. — Financiamento do déficit orçamental dentro das normas de uma sã gestão financeira e no quadro de um programa monetário aprovado pelo go-

veniente a revisão global dos vencimentos dos trabalhadores da Função Pública.

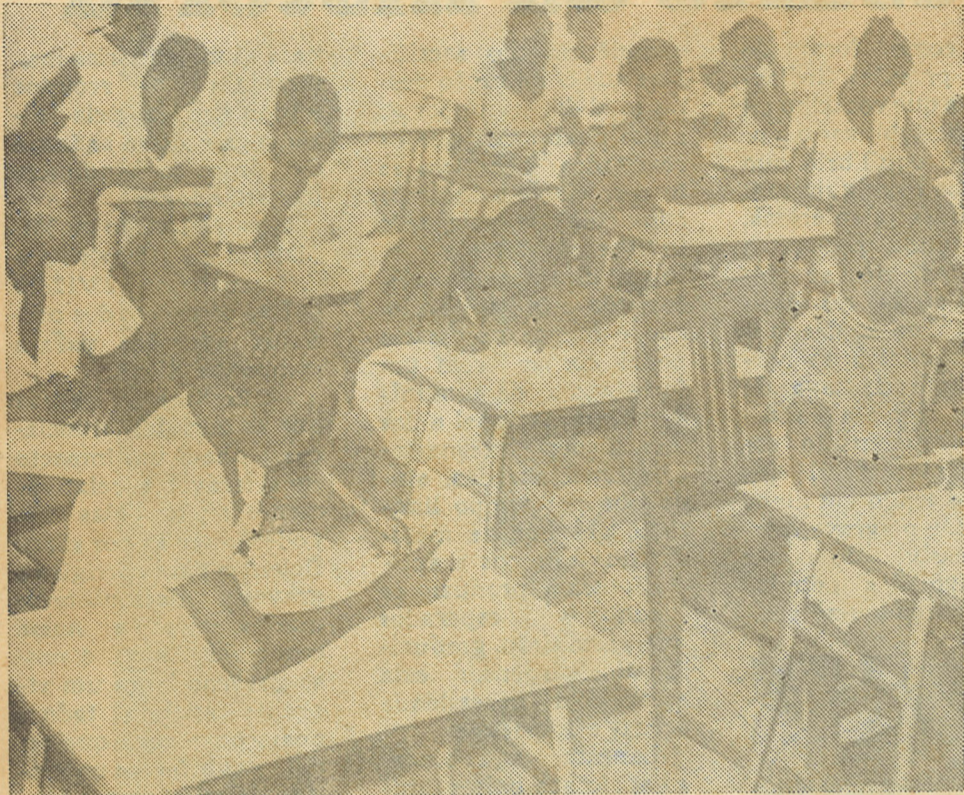
Além destes pontos, o programa faz ainda apelo a uma utilização rigorosa da ajuda externa e a um controlo eficaz da economia.

O nosso governo, apesar da sua determinação em levar a cabo o saneamento e o relance da nossa economia, tem



João, João Bernardo Vieira, Secretário-Geral do PAIGC e Presidente do Conselho da Revolução ofereceu um lanche aos pioneiros e as crianças de Bissau tendo em seguida distribuído prendas «as flores da nossa luta». O acto teve lugar no jardim do Palácio da República, presente a primeira dama do país, camarada Isabel Romano Vieira

Garantes de uma justiça social



Hoje, com a verdadeira liberdade à palavra que o 14 de Novembro restituiu à Informação é uma arma política de primeira grandeza, com particular realce nesta fase em que se pretende apetrechar o povo para o exercício de Democracia Nacional Revolucionária. Para tal, impõe-se que aos Órgãos de Informação Social sejam facultados os meios materiais e técnicos indispensáveis, para que possam cumprir a missão de informar e formar.

«Neste momento que atravessamos, o papel fundamental da Informação deve ser: Informar, Transformar e Formar o nosso Povo», disse Alexandre Nunes Correia, Ministro da Informação e Cultura, salientando ainda a enorme importância de que um trabalho de informação honesto e sério reveste, para a mentalização das populações. E, por isso, «devemos informar objectivamente o nosso povo da realidade circundante, para que tenham uma formação horizontal, cosmopolita e integral dos acontecimentos do globo, dado que, uma pessoa pode estar presa à sua mentalidade».

Mas, para cumprir esse papel, Alexandre Nunes considera prioritariamente, «a formação de quadros que garantam o desenvolvimento da informação, pois sem estes é impossível atingir satisfatoriamente os objectivos».

A política de programação e de fixação metas a atingir, exigindo por outro lado a participação do povo com a sua crítica e opinião é defendida pelo novo titular da pasta de Informação.

O Ministro Nunes Correia falou ainda da Cultura, apontando suas prioridades para a exploração do Património

cultural bem como as perspectivas para o futuro. A criação das leis jurídicas quanto à exploração do património cultural foi considerada um dos primeiros passos no sentido de desenvolver a nossa cultura, «razão porque devemos estimular o Ballet Nacional, criar grupos de danças no interior do país, criar e desenvolver orquestras, porque só assim seremos conhecidos culturalmente no exterior».

SAÚDE — MAIOR RIQUEZA DO POVO

Embora considerando o homem o factor principal do desenvolvimento, não devemos esquecer que deve haver meios económicos que permitam o seu desenvolvimento. E, a saúde é um ramo social dependente muito do desenvolvimento económico do País.

É neste sentido que as palavras de ordem do camarada Amílcar Cabral nos incita a «ter sempre presente a verdade de que a saúde é a nossa maior riqueza...». Passaram já muitos anos, mas estas palavras continuam reais nas nossas mentes, pois um homem sem saúde não pode dar a sua maior contribuição para a Reconstrução Nacional.

Hoje, com a independência, a política de descentralização sanitária e de aumento de consciência das massas populares sobre o problema de prevenção e munização das doenças traduzem toda a preocupação do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais.

«O nosso objectivo é o de atingir a meta de Saúde para Todos no Ano 2 000. Por isso, centralizamos as nossas acções nas actividades primárias com toda a convicção de alcançar vitória», afirmou o Ministro da Saúde e Assuntos So-

ciais, a camarada Carmen Pereira. Para isso, «já temos infraestruturas materiais suficientes. O que nos dificulta agora, é a falta de quadros. Do número reduzido que temos, 37 deles, por falta de consciência patriótica, já emigraram para Portugal em busca das melhores condições».

O movimento do pessoal foi também abordado pela camarada Carmen Pereira que salientou a necessidade de fazer deslocar os quadros para o interior e desorganizar a capital onde a maioria sempre pretende ficar.

«Mas o problema será resolvido — disse Carmen Pereira — com a criação de um internato para a formação dos enfermeiros». Com este internato o Ministério da Saúde, segundo o seu responsável máximo, proceder-se-á à formação dos jovens vindos do interior, onde posteriormente serão colocados, pois já conhecem de perto as realidades sociais das suas regiões.

Entretanto, conforme o Ministro da Saúde, a taxa de mortalidade baixou bastante, «e se a população conhecer de perto as medidas de profilaxia de todas as doenças, então daqui a 17 anos conseguiremos o nosso objectivo, mesmo a passo de camaleão».

Ao falar da assistência social, Carmen Pereira, disse que, «ela existe, mas não como devia existir, devido à falta de quadros». «O trabalho da assistência social é muito importante, porque tenta conhecer a preocupação e a moral de cada doente no sentido de integrá-lo na sociedade».

Sobre os projectos do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais, das experiências adquiridas através de iniciati-

vas levadas a cabo e as principais dificuldades encontradas, a camarada Carmen Pereira referiu-se aos trabalhos já realizados neste domínio e realçou a ajuda dos países e organizações internacionais amigos e apontou perspectivas para o desenvolvimento futuro da saúde.

CONHECER DIREITO E DEVER

Ainda o nosso povo conserva a triste memória a justiça que lhe era imposta pelos colonialistas. Nesse período da nossa história, a justiça caracterizava-se pela sua excessiva violência, arbitrariedade, manifesta derrogação da justiça às massas populares economicamente mais desfavorecidas.

A vitória foi conquistada. A palavra justiça sempre foi invocada em prol da nova sociedade, sem distinção da cor, da pele e sem contar com benevolências que originam o amiguismo, nepotismo, enfim, todos esses males que levam ao encobrimento da verdade.

Assim, no período da independência, o povo da Guiné-Bissau passou a gozar da liberdade à palavra, embora viera a ser silenciada pelo regime deposto. Hoje, três anos passados de reajustamento, o nosso país totalmente independente e soberano, restituída a liberdade e elevada a consciência política das massas trabalhadoras pelo glorioso Movimento Reajustador do 14 de Novembro, podemos afirmar que são as massas trabalhadoras que aeusam, julgam e condenam os infractores.

«O Estado cria as leis, enquanto que o Ministério da Justiça encarrega-se de velar e fazer cumprir, aplicando estas leis conforme a filosofia da vida do Partido. Exigindo a sua prática sem distinção, e até mesmo pelo próprio Estado. Como ainda criar condições para que cada cidadão conheça os seus direitos e deveres e o relacionamento que deve existir entre ele e o Estado», disse o camarada Filinto Barros, Ministro da Justiça.

Ainda segundo ele «a justiça-social é um todo. Não depende só do Ministério da Justiça, mas sim de todos os elementos da comunidade, incluindo todos os órgãos estatais».

SUPERACÃO DE JUÍZES

«Só através de seminários os nossos juízes de tribunais regionais e de tabancas podem conhecer o papel e a responsabilidade que pendem sobre os seus ombros perante a sociedade, porque não é possível conhecerem toda a técnica jurídica», esclareceu Filinto Barros.

Referindo-se ainda à superação, o Ministro da Justiça explica que já foi criada a Polícia Judiciária, e pensa-se na criação da Associação de Advogados, tudo isso no sentido de fazer com que a máquina jurídica seja cada vez mais activa e capaz. Para tal, Filinto Barros considera a Escola de Direito como o baluarte e onde serão recrutados tais quadros.

A reconstrução de centros de reabilitação de Brá e Carache, a criação das prisões regionais e ainda do Cartão de Identificação para todos os cidadãos, são os principais projectos que existem de momento no Ministério da Justiça, apontados pelo titular daquela pasta.

Quando se prevê a aprovação de novas leis para a Guiné-Bissau? — perguntamos ao camarada Filinto Barros que nos respondeu: «O nosso Estado continua a reger pelas leis coloniais que não contrariam os nossos princípios reais». Portanto, «só seremos obrigados à elaboração de novas leis quando estas forem contrárias às realidades do nosso povo».

«Um código — continua o Ministro da Justiça — não se faz de um dia para outro. Leva muitos anos. E nós só substituiremos este código antigo conforme as nossas realidades nos exigirem».

EDUCAÇÃO É VIDA VIDA É EDUCAÇÃO

A educação, ontem, na época colonial, era dirigida somente para uma elite. Hoje, graças à luta do PAIGC, ela tornou-se um direito e dever de cada cidadão nacional.

O desenvolvimento económico é um assunto que ultimamente ocupou o clímax do pensamento do homem guineense.

Mas como desenvolvermos economicamente? O Ministro da Educação, camarada Avito José da Silva, explica que, «sem a educação não pode haver o desenvolvimento que tanto desejamos. Razão porque nós precisamos de educar as pessoas, o que implica a formação de quadros. E sem estes é impossível também alcançar os nossos objectivos. Pois, só com quadros especializados é que o nosso País pode ir à frente, tirando o povo do subdesenvolvimento, criando a paz, a justiça e o progresso social».

Para Avito da Silva, devemos dar um ensino de qualidade aos nossos jovens, pois só com ela podemos formar quadros capazes de prosseguir e arrancar com o desenvolvimento. Portanto, «a educação é a vida e a vida é a educação», disse ainda o Ministro da Educação, esclarecendo que «se a pessoa não estiver formada política e tecnicamente não pode participar com consciência no processo sócio-económico que garante o nosso desenvolvimento».

O Ministro Avito da Silva considera a maior acção neste momento no seu Ministério a formação de quadros formadores (professores qualificados), porque 96 por cento dos professores nacionais que trabalham no ensino secundário não têm qualificação. E, por isso, conforme ele dá-se prioridade à criação de cursos médios no país, deixando a longo prazo a questão de implementação da universidade como a segunda prioridade.

Quanto a explosão escolar que se notou inicialmente no país, Avito da Silva aponta o impacto negativo que esta educação trouxe, visto que «com a explosão escolar houve falta de infraestruturas o que originou um baixo nível de aproveitamento dos nossos jovens».

Enquanto que, referente ao impacto positivo, «ela permitiu-nos diminuir o índice do analfabetismo, a cobertura de 60 por cento das pessoas com a idade escolar, como ainda a incentivação na formação dos adultos que é um reflexo da vida económica do país».

Saneamento económico exige esforço de todos

«O problema principal com que o nosso Governo se debate no presente momento é o do controlo da economia como condição para o saneamento económico e financeiro na ordem interna e externa e a consequente estabilização económica», afirmou o Ministro da Economia e Finanças, dr. Víctor Freire Monteiro, numa entrevista concedida ao nosso jornal, sobre a área da sua tutela.

Segundo aquele membro do Comité Central do PAIGC, a estabilização económica é, de facto, condição essencial para prosseguirmos na estratégia do desenvolvimento em bases mais seguras. Para tal — prosseguiu — há que inverter o curso de um conjunto de factores que tendem a desarticular a nossa economia, a cavar um fosso entre o mundo urbano e o mundo rural e a desenvolver uma economia paralela sã que é controlada pelas nossas estruturas oficiais.

O Ministro Víctor Freire Monteiro referiu-se ainda ao total apoio que o país está a receber da Comunidade Internacional com vista ao cumprimento da estratégia económica traçada, para concluir que «estamos assim a atravessar um momento crucial em que o esforço de todos é condição para que possamos vir a vencer a barreira do subdesenvolvimento».

O papel do Ministério joga no conjunto denominado departamentos do controlo económico para o cumprimento do Programa de Estabilização Económica e do I Plano Quadrienal de Desenvolvimento; a situação das empresas públicas e ainda as razões do conjunto de medidas adoptadas pelo Governo foram alguns dos assuntos abordados pelo titular da pasta da Economia e Finanças, que passamos a transcrever.

1. P) — O nosso Governo aprovou o Programa de Estabilização Económica e o I Plano Quadrienal de Desenvolvimento.

a) — Qual o papel que as Finanças jogam no conjunto, considerando a sua importância para o desenvolvimento sócio-económico do país?

R) — O Programa de Estabilização Económica 1983-1984 preconiza a adopção de um conjunto de medidas de política económica visando o saneamento da situação económica e financeira interna e externa. O Plano Quadrienal de Desenvolvimento, tendo um horizonte mais vasto do que o Programa de Estabilização define uma estratégia de desenvolvimento por fases, em que a primeira, condição de sucesso das seguintes, é precisamente a estabilização económica.

Um conjunto de medidas de natureza orçamental, monetária, cambial, de preços, de rendimentos, de controlo da economia, são sugeridas no Programa de Estabilização Económica, constituindo, as medidas recentemente anunciadas, um passo decisivo no sentido da implementação deste Programa. O papel desempenhado pelo Ministério da Economia e Finanças, traduziu-se no apoio à sua elaboração, na sua apresentação à Comunidade Internacional e no pedido de fi-

nanciamentos externos como suporte à sua implementação, destacando-se, neste caso, a participação na Mesa Redonda de Lisboa. No campo das medidas de política económica a acção tem-se desenvolvido, principalmente na esfera orçamental, através da realização da reforma fiscal e de acções de fiscalização conducentes ao aumento das receitas e da aplicação de medidas destinadas à contenção das despesas públicas. A acção do MEF na área da gestão da economia, na qual se destaca o controlo e o apoio ao sector empresarial do Estado está em franca organização, não tendo a acção desenvolvida até ao momento, atingido o nível desejável devido à escassez de meios humanos e materiais colocados à disposição do Ministério, situação que esperamos superar a curto prazo.

2. P) — Como pensa aquele Ministério aplicar na prática as orientações constantes nestes dois documentos?

R) — O MEF já pôs em prática uma parte considerável das orientações constantes, quer do Programa de Estabilização quer do Programa de Desenvolvimento.

De facto, já foram aprovadas diversos diplomas relativos à reforma fiscal, como sejam os Códigos do Imposto Profissional, da Contribuição Industrial, da Contribuição Predial Urbana, do Imposto Com-

plementar e das Execuções Fiscais. Foram recentemente revistas as tabelas do Imposto de Consumo e dos Direitos de Importação com transformação das taxas específicas em taxas ad-valorem. Estas medidas visam um aumento da receita e uma maior racionalidade e justiça fiscal.

Foi criada uma Brigada de Fiscalização e colocados nos diversos departamentos de Estado, delegados da contabilidade pública, no sentido de controlar a arrecadação das receitas e o processamento das despesas.

Foi limitado o aprofundamento das despesas em 1983, ao nível do orçamento em 1982 e no Orçamento de 1984 ao nível da execução para 1983, com as necessárias correcções resultantes do impacto das medidas de política económica recentemente aprovadas, nomeadamente no domínio cambial e de preços.

Está em curso a elaboração do primeiro Orçamento Geral do Estado, integrando os tradicionais Orçamentos de Funcionamento e de Investimento, passo fundamental para a racionalização da administração financeira do Estado e para o controlo da economia.

As medidas tomadas bem como as que se encontram em fase de elaboração, vão no sentido da execução das orientações constantes dos documentos aprovados pelo Governo.

3. P) — É do conhecimento público que as nossas empresas atravessam uma situação caótica.

a) Como tornar rentáveis essas empresas?

b) Que medidas pensa tomar o Governo nesse sentido?

R) — A situação das empresas é, em alguns casos, de natureza estrutural, resultante de investimentos mal concebidos à partida, e em outros, derivada da difícil situação do País em matéria de divisas, com a consequente incapacidade de assegurar um abastecimento contínuo dos inputs necessários ao seu funcionamento. A consequente interrupção da sua actividade tem como consequência a redução da produção, a manutenção dos custos de estruturas que têm de ser suportados, a concessão de subsídios de exploração do Estado em substituição dos impostos sobre lucros que deveria arrecadar e

a concessão de créditos bancários de difícil recuperação. A garantia de um regular abastecimento ao sector empresarial constituiu um dos objectivos da recente Mesa Redonda de Auxílio Económico ao nosso País, realizada em Lisboa.

Um estudo do sector comercial, aí incluindo a reorganização das empresas comerciais já foi realizado com o apoio da Comunidade Económica Europeia, estudo previsto a assistência técnica à sua implementação.

Está igualmente acordado com o Banco Mundial, o financiamento de um estudo global do Sector Empresarial do Estado, visando a análise da sua viabilidade económica e pontos de estrangulamento.

4. P) — Como caracteriza a situação económica do país neste momento? (défice orçamental, balança de pagamentos, etc).

R) — A situação económica e financeira do país é particularmente difícil, exigindo um esforço de todos e a adopção de medidas de política económica conducentes ao seu saneamento.

As dificuldades financeiras têm obrigado à redução das importações, acarretando um ciclo vicioso de redução de exportações — redução de importações.

De facto a deficiência no abastecimento da população em bens de consumo e das empresas em inputs necessários ao seu funcionamento tem como consequência um decréscimo de produção ou o desvio da produção agrícola para as economias vizinhas, um decréscimo das exportações e como tal da capacidade do país para importar.

O Orçamento do Estado não é uma peça isolada no quadro da Política Económica. A redução das importações e da produção interna tem como consequência uma quebra da receita pela redução dos direitos de importação, das taxas de exportação, do imposto de consumo, dos impostos incidindo sobre os lucros das empresas, etc.

Preços agrícolas pouco compensadores e taxa de câmbio do peso, sobrevalorizada relativamente ao valor real poderão igualmente apontar-se como factores da difícil situação económica que o nosso país atravessa.

Daí a justificação do conjunto de medidas de

política que visaram corrigir a paridade do peso, aumentando os preços ao produtor, aumentar os direitos de importação e rever as tabelas do imposto de consumo sobre bens menos essenciais.

A desvalorização do peso, tornando mais caros os produtos de importação, desincentivando a pressão sobre a sua procura, permitiu por outro lado um aumento do preço do produto exportado em moeda nacional, remunerando o produtor, visando deste modo evitar a fuga para o exterior do produto de origem nacional ou importados.

5. P) — Qual a área de acção do Ministério da Economia e Finanças?

R) — A área de acção do Ministério da Economia e Finanças foi por nós definida no projecto de Lei Orgânica do Ministério.

Nele se define o Ministério da Economia e Finanças como o Departamento da Administração Central encarregado da orientação da vida económica e financeira do País em cumprimento das directrizes políticas traçadas pelo Partido e dos grandes objectivos, programas globais, sectoriais e regionais constantes do Plano de Desenvolvimento elaborado pela Secretaria de Estado do Plano e Comércio Interno e aprovado pelo Governo.

Assim, a gestão de economia, a administração financeira do Estado, a coordenação da utilização dos recursos, a compatibilização das medidas da política económica com vista ao cumprimento dos objectivos e metas fixadas pelo Plano de Desenvolvimento constituem na essência, as atribuições do Ministério.

6. P) — Qual o seu papel na recolha de fundos e emolumentos do Estado?

R) — O Ministério da Economia e Finanças é o Departamento do Estado, que no exercício da sua competência financeira tem por atribuição propor a legislação tributária e aduaneira, controlar a sua aplicação e fiscalização, promover a arrecadação dos impostos, taxas, receitas patrimoniais e outros créditos do Estado.

Esta função é exercida por um lado, pela Direcção Geral de Orçamento e Tesouro a nível central, pelas Repartições de Finanças a nível regional e por outro lado pela Direcção Geral das Alfândegas, suas Delegações e Estâncias Aduaneiras.

7. P) — Como é feito o controle dessas receitas?

R) — O controle é realizado, quer como actividade de rotina, pela Repartição de Finanças, Serviços da Direcção Geral das Alfândegas, Guarda Fiscal, quer em acções pontuais, específicas quando a situação o aconselhe através de inspecções e acções fiscalizadoras diversas no quadro da prevenção e fiscalização tributária.

Recentemente através da acção da Brigada de Fiscalização tem sido realizado um controle mais apertado sobre as actividades de transporte de pessoas e de mercadorias, nomeadamente os táxis, sobre restaurantes e cafés, sobre as alfaiatarias, actividades que tradicionalmente escapavam ao controle do Ministério da Economia e Finanças.

A reforma fiscal ao estipular a passagem gradual de um sistema tributário baseado em rendimentos presumíveis para um sistema assente em rendimentos reais, com base em informação contabilística, cria as bases para a realização do controle em bases mais seguras.

A nível da Direcção Geral das Alfândegas, as receitas são cobradas através da aplicação da Pauta Aduaneira de Importação e Exportação.

De realçar que a fuga dos circuitos normais tanto no domínio da importação como da exportação com a consequente redução da receita se, por um lado pode ser controlada por meios de fiscalização, não o poderá ser na íntegra. O efectivo controle da economia não se faz pela fiscalização mas sim pela adopção de uma política económica adequada que por si desincentiva a fuga aos circuitos legais. É neste sentido que o nosso Governo acaba de tomar decisões sobre um conjunto de medidas de política económica que corrigindo a paridade do peso com consequente aumento do preço dos bens importados, aumentando os preços ao produtor e desenvolvendo esforços para um mais correcto e regular abastecimento em bens de consumo essenciais e em bens e serviços necessários ao funcionamento das empresas visa desincentivar a fuga dos bens de produção nacional e dos importados para o exterior e garantir ao mundo rural a oferta de bens para troca com a produção agrícola.

Nino Vieira à Imprensa portuguesa Diálogo tricontinental para próximo ano

O camarada Presidente do Conselho da Revolução, João Bernardo Vieira, declarou numa entrevista difundida no passado dia 17 do corrente mês pela Rádio Comercial de Portugal, que só a próxima Cimeira dos países africanos de expressão oficial portuguesa, a realizar-se no próximo ano, é que tomará posição quanto à proposta de um «diálogo tricontinental».

O Chefe do nosso Estado afirmou àquele órgão de comunicação social portuguesa, que era prematuro à Cimeira, efectuada este mês pelos cinco países de língua oficial portuguesa, pro-

nunciar sobre a proposta do Ministro português dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, dado que nenhum dos participantes se debruçara ainda profundamente sobre o assunto.

Por outro lado, o camarada Nino Vieira admitiu a possibilidade de a proposta de institucionalizar o diálogo entre todos os países da antiga colónia portuguesa ser abordado durante a visita que em Janeiro Jaime Gama efectuará ao nosso país.

O Presidente do Conselho da Revolução afirmou também à Rádio Comercial que quando em breve visitar Portugal assinará possível-

mente alguns acordos sobre a cooperação bilateral. Ao referir-se ao campo de uma cooperação mais alargada, afirmou que tal poderia ser avançada, nomeadamente no domínio da saúde, porque «**nós e o povo português estamos condenados a viver juntos pela história que nos liga, pelos laços que nos ligam e pela língua comum que falamos**».

A importância da cooperação económica entre Cabo-Verde, Guiné-Bissau, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, foi também destacada pelo Presidente Nino Vieira que mencionou o facto de Moçambique ter

dado ao nosso país algumas bolsas para a formação de quadros na universidade Eduardo Mondlane de Maputo. Mais à frente o camarada Presidente declarou ser preciso que a comunidade internacional dê apoio à iniciativa de negociações entre Moçambique e a África do Sul, para que os dois países cheguem a um entendimento e a paz reine entre eles.

A paz na África Austral e um maior desenvolvimento da cooperação entre os cinco países africanos de língua oficial portuguesa, foram, igualmente, defendidas pelo Presidente João Bernardo Vieira.

Golpe de Estado na Nigéria

Um golpe de estado militar derrubou na noite de ontem para hoje o regime do Presidente da Nigéria, Shehu Shagari.

O General Samny Abacha, que chefia um «Governo Federal Militar», declarou que a constituição foi suspensa e que os partidos políticos foram interditos.

Na sua intervenção, emitida através do rádio de Lagos, o General Abacha indicou que as forças armadas tinham «decidido efectuar uma mudança do regime» e que essa mudança se tinha registada sem efusão de sangue.

«Um recolher obrigatório foi decretado e a vida na capital é calma», acrescentou o general Abacha indicando, por outro lado, que as fronteiras encontram-se fechadas assim como os portos e os aeroportos.

Novo horário de trabalho no país

O Conselho de Ministros adoptou novos horários de trabalho para a Função Pública e para o sector público empresarial e privado, e que deverão entrar em vigor a partir de 1 de Janeiro.

Assim, para a Função Pública, e de acordo com o decreto n.º 36/83, de 30 de Dezembro, o horário passa a ser o seguinte: de 2.ª a 6.ª feira, das 8 às 12 horas e das 15 às 18 horas. Aos sábados, das 8 às 12 horas.

As empresas comerciais, industriais e agrícolas do país cumprirão os seguintes horários conforme o Decreto n.º 37/83 de 30 de Dezembro: A — Estabelecimentos comerciais, de 3.ª a sábado, 1.º período, das 8,30 às 12,30 horas; 2.º período, das 16 às 19,30 horas. As segundas-feiras haverá um período único, das 16 às 19,30 horas. B — Estabelecimentos industriais, de 2.ª a 6.ª feira, 1.º período

das 7,30 às 12 horas 2.º período, das 15 às 18 horas. Aos sábados, horário único, das 07,30 às 11 horas.

Por outro lado, a alínea C, que engloba escritórios, estipula o seguinte horário: 2.ª a 6.ª feira, 1.º período, das 8,30 às 12,30 horas; 2.º período, das 15 às 18,00 horas. Aos sábados, período único, das 8,30 às 12 horas. Os armazéns, incluídos na alínea D,

funcionam, de 2.ª a 6.ª feira, 1.º período, das 8,30 às 12 horas, e 2.º período, das 15 às 18,30 horas. Aos sábados funcionam num período único das 8,30 às 12,00.

MAIS TEMPOS LIVRES

Os decretos justificam esta decisão por ter-se constatado a necessidade de alterar os horários de trabalho que se vêm

praticando nesses sectores de actividades, a fim de proporcionar aos trabalhadores mais tempos livres para descanso e lazer. Entretanto, o Primeiro-Ministro poderá, conforme o documento, fixar por despacho, os horários de trabalho julgados mais convenientes e sempre que as circunstâncias o aconselhem, e depois de ouvida a U.N.T.G. e as entidades patronais interessadas e

sob proposta do Ministro da Administração Interna, Função Pública e Trabalho.

Os departamentos estatais que pela sua natureza o exijam, deverão, citando ainda o documento, montar serviços de atendimento adequados que permitam satisfazer às necessidades do público. O domingo é considerado pelo despacho dia de descanso semanal.

Editorial

Continuação da 1.ª

uma travagem brusca após o 14 de Novembro resultou no saneamento das nossas instituições.

No plano partidário, podemos afirmar que o ano de 1983 foi de intensa actividade política. O Partido realizou as suas conferências regionais e nas FARP e Segurança; a JAAC levou a cabo o seu primeiro Congresso, antes, porém, proclamou o ano de 1983 como o do estudo do pensamento de Amílcar Cabral, nas comemorações do décimo aniversário do vil assassinato do nosso líder, organizou com o apoio da UIE e a AASU, o Simpósio sobre Amílcar Cabral e a Luta de Libertação Nacional em África e o Seminário Estudantil Internacional sobre Analfabetismo que culminou com a Marcha da Paz.

A realização, em Bissau, da IV Cimeira dos Chefes de Estado dos «Cinco» com retumbante êxito é a prova clara da nossa capacidade de organização. A presença dos Chefes de Estado José Eduardo dos Santos, de Angola, Aristides Pereira, de Cabo Verde, Samora Machel, de Moçambique e Pinto da Costa, de S. Tomé e Príncipe, no solo pátrio guineense após o 14 de Novembro constitui mais uma prova do respeito votado ao nosso povo e uma justa homenagem ao Amílcar Cabral, Fundador da nossa Nacionalidade e aos heróis e mártires da nossa luta armada de libertação Nacional.

Neste novo ano que o Comandante Kabi classificou «de Rigor e da Disciplina» impõe-se lutar cada dia mais e de dar o melhor de nós mesmo como verdadeiros militantes da nossa Revolução.

Presidente na Cimeira Islâmica

O camarada João Bernardo Vieira, Secretário-Geral do PAIGC e Presidente do Conselho da Revolução, recebeu em audiência, no seu gabinete de trabalho, na passada quinta-feira à tarde, o ministro marroquino das Telecomunicações que lhe fez a entrega de uma mensagem do rei Hassan II convidando o nosso Chefe de Estado a

participar na próxima Cimeira Islâmica, a realizar na primeira quinzena de Janeiro de 1984, em Fez.

Segundo a Assessoria de Imprensa do Conselho da Revolução, o Presidente Nino Vieira aceitou o convite. Assistiu à audiência o camarada Mussa Djassi, Secretário de Estado dos Correios e Telecomunicações.

FICHA TÉCNICA — JORNAL «NÓ PINTCHA»: AV. DO BRASIL, C.P. 154 — BISSAU

DIRECTOR: António Soares; CHEFE DE REDACÇÃO EM EXERCÍCIO: João Quintino

REDACÇÃO: Aniceto Alves, António Tavares, Baltazar Bebião, Carolina Morgado, Cristóvão Mango, Fernando Jorge, José Tchalles, Pedro Albino, Simão Abina. MAQUETAGEM: Cândido Camará, Justiniano Mendonça. FOTOGRAFIA: Agostinho Sá, Casimiro Cá, José Tchudá, Manuel Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. SECRETARIA DA REDACÇÃO: Eurídice Gama, Idel Miranda, Ivete Monteiro.